**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FCF / FEA / FSP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES
EM NUTRIÇÃO HUMANA APLICADA – PRONUT**

CLAUDIA DOS REIS LISBOA NOVAES

**Segurança alimentar e nutricional: um estudo da contribuição
do Banco Municipal de Alimentos de Diadema**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Heron Carlos E. do Carmo

São Paulo

2008

Ficha Catalográfica

Elaborada pela Divisão de Biblioteca e
Documentação do Conjunto das Químicas da USP.

Novaes, Claudia dos Reis Lisboa
N935s Segurança alimentar e nutricional: um estudo da contribuição
do banco municipal de alimentos de Diadema / Claudia dos Reis
Lisboa Novaes. -- São Paulo, 2008.
112p.

Dissertação (mestrado) - Faculdade de Ciências Farmacêuticas
da USP. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
da USP. Faculdade de Saúde Pública da USP. Curso Interunidades
em Nutrição Humana Aplicada.

Orientador: Carmo, Heron Carlos Esvael do

1. Alimentação : Programas governamentais 2. Alimento:
Segurança : Saúde pública I. T. II. Carmo, Heron Carlos Esvael
do, orientador.

641.012 CDD

CLAUDIA DOS REIS LISBOA NOVAES

**Segurança alimentar e nutricional: um estudo da contribuição do
Banco Municipal de Alimentos de Diadema**

Comissão Julgadora
Dissertação para obtenção do grau de Mestre

Prof. Dr. Heron Carlos E. do Carmo
(Orientador/Presidente)

1º Examinador

2º Examinador

São Paulo, ____ de _____ de 2008.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Heron Carlos Esvael do Carmo pela acolhida, paciência, apoio, orientação e por acreditar neste trabalho.

A minha mãe pelo amor, carinho, exemplo de vida e por todo o apoio que permitiu a conclusão do presente estudo. Dedico esta conquista a você!

A minha filha Isadora, pela existência que estimula a superação dos obstáculos e a concretização dos sonhos.

A minha irmã Carla que muito me incentivou para a realização do estudo.

As minhas sobrinhas, e em especial a Mariana, que sempre me auxiliou nas tabulações de dados e ajudou com a solucionar vários problemas.

Ao meu cunhado João Celso que também colaborou em todas as etapas do trabalho.

Aos colegas da FIPE pela permissão da utilização dos dados da POF e em especial a Renata Melo pelo carinho especial.

À professora Dirce Maria Lobo Marchioni, amiga e primeira grande incentivadora para a realização de mais esta etapa.

À Prefeitura do Município de Diadema que possibilitou a realização do presente estudo e em especial à Coordenadora do Programa Fome Zero, Maria Inês Boffi Di Fillipi, e à Diretora de Segurança Alimentar e Nutricional, Luci Aparecida Uliana Serra.

À amiga Claudia Hermínia Pacheco pelo incentivo e por “segurar as pontas” nas minhas ausências necessárias para a conclusão do presente.

À colega Elaine Marques Barbosa pelo apoio e incentivo.

Às coordenadoras e funcionários das creches que prontamente colaboraram com a pesquisa.

À Juliana Tozoni pela contribuição na etapa final.

Aos estagiários do Banco Municipal de Alimentos que participaram diretamente na tabulação dos dados e indiretamente em fazer toda a rotina do trabalho fluir.

Às professoras Juliana Morimoto e Ana Lucia Medeiros pelo carinho e atenção.

Aos funcionários da Secretaria de Pós Graduação do PRONUT e em especial ao Jorge, pela atenção e dedicação dispensada durante todo o curso.

“TUDO É DO PAI,
TODA HONRA E
TODA GLÓRIA.
É DELE A VITÓRIA
ALCANÇADA EM MINHA VIDA.”

RESUMO

Novaes, C.R.L. **Segurança alimentar e nutricional: um estudo da contribuição do Banco Municipal de Alimentos de Diadema.** São Paulo, 2008. 112p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Nutrição Humana Aplicada - FCF/FEA/FSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Objetivo: O trabalho visa comparar o abastecimento de frutas, legumes e verduras do Banco Municipal de Alimentos de Diadema durante o ano de 2007, para as creches, com a disponibilidade dos mesmos alimentos, em uma amostra de famílias obtida da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2002-2003 da região metropolitana de São Paulo. **Metodologia:** Estudo descritivo transversal baseado em dados socioeconômicos das famílias das crianças, e em informações obtidas junto ao Banco de Alimentos de Diadema, além de utilizar a base de dados da POF 2002-2003. A análise fundamentou-se na aplicação de métodos de estatística descritiva. **Resultados:** A disponibilidade de alimentos do Banco é superior para verduras quando comparada ao padrão de aquisição da POF. **Conclusão:** A contribuição do programa é expressiva para população em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Segurança alimentar. Banco de alimentos. Programas e políticas de nutrição e alimentação.

ABSTRACT

Novaes, C.R.L. **Food and nutrition safety: a study of the Municipal Food Bank of Diadema's contribution.** São Paulo, 2008. 112p. Master's Dissertation – Inter units Post Graduation Program in Applied Human Nutrition - FCF/FEA/FSP, University of São Paulo, São Paulo, 2008.

Objective: The work aims to compare the supply of fruit, vegetables and legumes of the Municipal Food Bank of Diadema during the year 2007, for kindergartens, with the availability of such foods, using data from a sample of families obtained from the Search for Family Budgets POF 2002-2003 of the metropolitan region of Sao Paulo. **Methodology:** Cross descriptive study based on socioeconomic data from the children's families, data obtained from the Food Bank of Diadema, in addition to using the database of POF 2002-2003. The analysis was based on the application of descriptive statistics methods. **Results:** the availability of food in the Food Bank is higher for vegetables when compared to POF. **Conclusion:** The contribution of the programme is significant for people in a situation of social vulnerability.

Keywords: Food safety. Food Bank. Programs and policies for nutrition and food.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Frequência de distribuição de alimentos a 09 creches cadastradas, segundo mês, no ano de 2007.....	60
Tabela 2 -	Quantidade em quilos de alimentos distribuída para 09 creches no ano de 2007, pelo BMAD.....	61
Tabela 3 -	Distribuição das crianças segundo sexo em uma amostra de 09 creches conveniadas ao BMAD.....	63
Tabela 4 -	Distribuição das crianças segundo faixa etária em uma amostra de 09 creches conveniadas ao BMAD.....	63
Tabela 5 -	Distribuição das crianças segundo etnia em 09 creches conveniadas ao BMAD.....	64
Tabela 6 -	Distribuição das crianças segundo condição do imóvel de residência das famílias, em 09 creches conveniadas ao BMAD.....	64
Tabela 7 -	Presença ou não de água de abastecimento público em residências de crianças freqüentadoras de 09 creches conveniadas ao BMAD.....	65
Tabela 8 -	Presença ou não de esgoto em residências de crianças freqüentadoras de 09 creches conveniadas ao BMAD.....	66
Tabela 9 -	Caracterização do responsável da criança segundo grau de parentesco de crianças freqüentadoras de 09 creches conveniadas ao BMAD.....	67
Tabela 10 -	Região de origem das mães ou responsáveis do sexo feminino de crianças freqüentadoras de 09 creches conveniadas ao BMAD.....	69
Tabela 11 -	Região de origem dos pais ou responsáveis do sexo masculino de crianças freqüentadoras de 09 creches conveniadas ao BMAD.....	70
Tabela 12 -	Escolaridade da mãe quando responsável da criança em 09 creches conveniadas ao BMAD.....	71
Tabela 13 -	Escolaridade do pai quando responsável da criança em 09 creches conveniadas ao BMAD.....	72
Tabela 14 -	Escolaridade dos demais responsáveis das crianças em 09 creches conveniadas ao BMAD.....	73
Tabela 15 -	Ocupação da mãe ou responsável do sexo feminino de crianças freqüentadoras de 09 creches conveniadas ao BMAD.....	75
Tabela 16 -	Ocupação do pai ou responsável do sexo masculino de crianças freqüentadoras de 09 creches conveniadas ao BMAD.....	76
Tabela 17 -	Renda familiar em salários mínimos de crianças freqüentadoras de 09 creches conveniadas ao BMAD.....	79
Tabela 18 -	Renda per capita familiar em salários mínimos de crianças freqüentadoras de 09 creches conveniadas ao BMAD.....	80

Tabela 19 -	Distribuição de amostra de famílias da POF 2002-2003 (da Região Metropolitana de São Paulo), por faixa de renda familiar e consumo em gramas, semanal e diário, de frutas, legumes e verduras.....	84
Tabela 20 -	Distribuição de amostra de famílias da POF 2002-2003 (da Região Metropolitana de São Paulo). por escolaridade e consumo, em gramas, semanal e diário de frutas, legumes e verduras.....	85
Tabela 21 -	Distribuição de amostra de famílias da POF 2002-2003 (da Região Metropolitana de São Paulo). por gênero do chefe e consumo, em gramas, semanal e diário de frutas, legumes e verduras.....	86
Tabela 22 -	Distribuição de sub-amostra de famílias da POF 2002-2003 (da Região Metropolitana de São Paulo), por faixa de renda familiar e consumo, em gramas, semanal e diário de frutas, legumes e verduras.....	89
Tabela 23 -	Distribuição da sub- amostra de famílias da POF 2002-2003 (da Região Metropolitana de São Paulo), por escolaridade e consumo, em gramas, semanal e diário de frutas, legumes e verduras.....	91
Tabela 24 -	Distribuição de sub-amostra de famílias da POF 2002-2003 (da Região Metropolitana de São Paulo). por gênero do chefe de família e consumo, em gramas, anual e diário de frutas, legumes e verduras.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Distribuição das despesas de consumo, segundo tipo de gasto, para população brasileira.....	41
Gráfico 2 -	Proporção do grupo frutas no total de despesa com alimentação no domicílio.....	42
Gráfico 3 -	Quantidade (kg) adquirida de alimentos para consumo domiciliar anual ENDEF e POFs (aquisição monetária). Regiões Metropolitanas – Brasil, 1974-1975; 1987-1988; 1995-1996 e 2002-2003/2003.....	43
Gráfico 4 -	Distribuição percentual por tipo de alimento arrecadado no Banco Municipal de Alimentos de Diadema no período de janeiro 2005 a outubro 2007.....	47
Gráfico 5 -	Distribuição percentual do número de componentes familiares em 09 creches conveniadas ao BMAD.....	77
Gráfico 6 -	Distribuição percentual do número de crianças por família em 09 creches conveniadas ao BMAD.....	77
Gráfico 7 -	Comparação entre o per capita diário, em gramas, de frutas, legumes, verduras e FLV oferecido pelo banco de alimentos às creches e o per capita obtido em amostra de 242 famílias da POF 2002-2003.....	88
Gráfico 8 -	Comparação entre o per capita diário, em gramas, de frutas, legumes, verduras e FLV oferecido pelo Banco de Alimentos às creches e o per capita da sub-amostra das famílias (68) da POF 2002-2003.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Caracterização geral das famílias com crianças por faixa de renda familiar em amostra da POF 2002-2003.....	82
-------------------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRANDH	Associação Brasileira pela Nutrição e os Direitos Humanos
ADA	American Dietetic Association
BA	Banco de Alimentos
BMAD	Banco Municipal de Alimentos de Diadema
BMSP	Banco Municipal de São Paulo
CAFB/ACFB	Canadian Association of Food Banks/Associação Canadense de Bancos de Alimentos
CBF	Campus Food Bank
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEM	Centro de Estudos da Metrópole
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEAD	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Diadema
CRAISA	Companhia Regional de Abastecimento de Santo André
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DRI	Dietary References Intakes
EAC	Entidades Assistenciais Carentes
EFR	Emergency Food Relief
ENDEF	Estudo Nacional de Despesa Familiar
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FLV	Frutas, Legumes e Verduras
G	Grama
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Hab.	Habitante
IDA	Intermediário de Doação de Alimentos
IMC	Índice de Massa Corporal
Inf.	Informado
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
Kg	Quilograma
Km ²	Quilômetro quadrado
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NUTRILIBRA	Equilíbrio Alimentar
OMS	Organização Mundial da Saúde

ONG	Organizações Não-Governamentais
PMD	Prefeitura Municipal de Diadema
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
REDES	Rede de Desenvolvimento Ensino e Sociedade
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SANED	Companhia de Saneamento de Diadema
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Sistema de Análise de Dados
SESC	Serviço Social do Comércio
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
TCU	Tribunal de Contas da União
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REVISÃO DA LITERATURA	22
2.1 A evolução do conceito de segurança alimentar e nutricional	22
2.2 Origem dos bancos de alimentos no mundo e no Brasil	25
2.3 Experiências internacionais em banco de alimentos	27
2.4 Experiência nacional em banco de alimentos	31
2.5 Avaliações de políticas públicas e de programas sociais	36
2.6 Considerações sobre a POF 2002-2003	38
2.7 Perfil da cidade de Diadema e do Programa Banco Municipal de Alimentos	43
3 OBJETIVOS	49
3.1 Objetivo Geral	49
3.2 Objetivos Específicos	49
4 MATERIAIS E MÉTODO	51
4.1 Materiais	51
4.1.1 Creches	51
4.1.2 POF 2002-2003	52
4.2 Métodos	54
4.2.1 Elaboração da base de dados das creches	54
4.2.2 Elaboração da base de dados do Banco Municipal de Alimentos de Diadema	56
4.2.3 Pesquisa de Orçamento Familiar – POF 2002-2003	57
5 ASPECTOS ÉTICOS	59
6 RESULTADOS	60

6.1 Distribuição de alimentos do Banco Municipal de Alimentos de Diadema	60
6.2 Caracterização socioeconômica das crianças	62
6.3 Caracterização sócio-econômica da amostra da POF 2002-2003	81
6.4 Cálculo da quantidade de FLV da amostra POF e comparação com as quantidades distribuídas pelo Banco de Alimentos às creches	83
7 DISCUSSÃO	94
8 CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS	100
ANEXOS	108
Anexo 1	108
Anexo 2	110
Anexo 3	111

1 INTRODUÇÃO

A alimentação e a nutrição assumem papel fundamental para os grupos humanos, não apenas por garantir a sobrevivência e a saúde dos indivíduos, mas por constituírem-se em um meio de expressão da cultura, da afetividade entre as pessoas, da identidade dos povos e, sobretudo, da vida.

Há pelo menos vinte anos a questão da alimentação e nutrição vem sendo tratada sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que é definida como a garantia a todos de alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. O conceito prescreve a adoção de práticas alimentares saudáveis, de maneira a contribuir para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana. E agrega aspectos relativos à soberania alimentar, à defesa da sustentabilidade do sistema agroalimentar, baseado no uso de tecnologias ecologicamente sustentáveis, e à proteção da cultura alimentar (BRASIL, 2006a).

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (nº 11.346/06) estabelece tal definição além dos princípios, diretrizes, objetivos e a composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Por meio do novo sistema, o poder público e as organizações da sociedade civil deverão implementar políticas e ações destinadas a assegurar o direito da população à alimentação adequada (BRASIL, 2006a).

Atualmente no Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, é o órgão responsável pelo desenvolvimento e implantação de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, que estão ligadas ao conjunto de estratégias do Programa Fome Zero.

O Programa Fome Zero articula um conjunto de governamentais e não-governamentais em todas as esferas da Federação englobando mais de 30 ações e programas integrados a partir de quatro eixos: ampliação do acesso à alimentação, fortalecimento da agricultura familiar, promoção de processos de geração de renda e articulação, mobilização e controle social (BRASÍLIA, 2005). Dentre os principais programas pode-se destacar: Bolsa Família, Alimentação Escolar, Construção de Cisternas, Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos, Agricultura Urbana e Hortas Comunitárias, Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), Alimentação e Nutrição de Povos Indígenas, Educação Alimentar e Nutricional, Alimentação do Trabalhador (PAT), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, entre outros (BRASILIA, 2005).

A integração e a formação de parcerias de âmbito intergovernamental, entre as três esferas de governo e entre o Estado e a sociedade são o alicerce do programa. Sendo assim, o Governo Federal vem apoiando à implantação de todos esses programas e no caso de bancos de alimentos, desde 2003, nas cidades com mais de 100.000 habitantes, constituindo-se em um programa que faz parte do rol de políticas locais a serem desenvolvidas em parceria com prefeituras e sociedade civil (BRASIL, 2007a).

O manual de operações, disponibilizado pelo MDS em junho de 2007, estabelece que um banco de alimentos é uma iniciativa de abastecimento e segurança alimentar, no qual o trabalho consiste na arrecadação de alimentos provenientes de doações, por meio da articulação do maior número possível de parceiros do setor alimentício (indústrias, supermercados, varejões, feiras, centrais de abastecimentos e outros). Nos bancos de alimentos os gêneros alimentícios são recepcionados, selecionados, processados ou não, embalados e distribuídos gratuitamente às entidades sociais de forma a complementar as

refeições diárias da população assistida. Em contrapartida, as entidades atendidas participam de atividades de capacitação em educação alimentar (BRASIL, 2007b).

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atualmente o Brasil conta com 51 bancos de alimentos públicos e mais 35 que estão em fase de construção/implantação, localizados em 85 municípios de 18 estados. As unidades em funcionamento, no ano de 2007, distribuíram 7 mil toneladas de alimentos. Esses bancos atendem um total mensal de cerca de 1.200 entidades assistenciais, estas beneficiam aproximadamente 315 mil pessoas por mês (BRASIL, 2007c). Dentre estes há o Banco Municipal de Alimentos de Diadema (BMAD), instituído em 28 de outubro de 2003, através do Decreto Municipal nº 5.765 de 24/10/2003 (DIADEMA, 2003a).

Dados de outubro de 2007, obtidos diretamente junto ao BMAD, revelam que desde sua inauguração o programa distribuiu mais de 1.200 toneladas de alimentos, sendo 68% frutas, legumes e verduras.

A principal missão dos bancos de alimentos é combater o desperdício de alimentos e minimizar a fome em comunidades carentes, priorizando-se o atendimento de organizações que atendem grupos vulneráveis institucionalizados (BRASIL, 2007c). Entre essas instituições, pode-se destacar as creches filantrópicas, que atendem a população infantil, na faixa etária de 0 a 6 anos, em que a alimentação é fator preponderante para o crescimento e desenvolvimento adequados.

A alimentação infantil constitui-se em um dos aspectos fundamentais para a saúde da criança, sendo de extrema importância a adoção de práticas alimentares adequadas nos primeiros anos de vida. A alimentação inadequada nessa fase pode prejudicar o crescimento, aumentar a vulnerabilidade às infecções, promover deficiências no processo de maturação do sistema nervoso e no desenvolvimento mental e intelectual, e, ainda, provocar

desequilíbrios morfológicos e funcionais, os quais, dependendo da intensidade e da duração, podem ser irreversíveis (CRUZ *et al.*, 2001, p.22).

Vários estudos destacam que o atendimento alimentar e nutricional oferecido em creches contribui para a melhora do estado nutricional das crianças freqüentadoras de tais centros (SILVA, 1996; TADDEI *et al.*, 2000; ZOLLNER e FISBERG, 2006).

Segundo Andersen e Chen (2007), cerca de 146 milhões de crianças em idade pré-escolar no mundo estão abaixo do peso. Esses autores apontam, ainda, que uma em cada quatro crianças, em idade pré-escolar nos países em desenvolvimento, sofre de fome e deficiências nutricionais.

A distribuição social da desnutrição e da obesidade na infância encontrada em três inquéritos domiciliares realizados em São Paulo, entre 1974 e 1996, demonstram risco reduzido e estável de obesidade entre crianças menores de cinco anos e tendência de declínio nos índices de desnutrição (MONTEIRO e CONDE, 2000).

Por outro lado, dados mais recentes mostram que a prevalência de sobrepeso e obesidade em menores de cinco anos, em 12 países da América Latina, variou de 6% a 28%, com incremento desses números nos últimos anos (AMIGO, 2003).

Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), cerca de 10% das crianças e adolescentes, na faixa etária de 5 a 17 anos, sofrem com excesso de peso, sendo que desses, cerca de 2% a 3% estão obesos, o que representa entre 30 a 45 milhões de crianças e adolescentes no mundo. “Os índices de obesidade têm aumentado em vários países ocidentais, e em muitos países em desenvolvimento o excesso de peso coexiste com a desnutrição” (UNICEF, 2007, p.38). A situação nutricional do Brasil acompanha tal contexto, com tendência de declínio dos índices de desnutrição e incremento dos índices de sobrepeso e obesidade, “principalmente entre as décadas de 70 e 90” (ANJOS e MENDONÇA, 2004, p.699).

O incremento dos índices de sobrepeso e obesidade tem associação com o aumento da prevalência das doenças crônicas não transmissíveis e as mudanças no padrão dietético da população, “caracterizado essencialmente pelo consumo insuficiente de frutas, legumes e verduras (FLV) e pelo consumo excessivo de alimentos de alta densidade energética e ricos em gorduras, açúcares e sal” (MONTEIRO *et al.*, 2007, p.558).

O estudo da evolução dos padrões dietéticos tem sido fundamentado em dados referentes à disponibilidade ou às despesas com alimentos. As Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) disponibilizam informações relativas aos dispêndios com alimentos, constituindo-se em uma fonte alternativa de informações sobre consumo alimentar (MONDINI e MONTEIRO, 1994).

Considerando os Bancos de Alimentos como iniciativas mundiais de combate à fome e ao desperdício de alimentos, há a necessidade de se avaliar tal programa como política pública. Nesse sentido, esse estudo terá como enfoque a investigação da contribuição do Banco Municipal de Alimentos de Diadema às creches beneficiárias. Para tal, será realizada a comparação do abastecimento de frutas, legumes e verduras para as crianças das creches, durante o ano de 2007, com o padrão de aquisição dos mesmos alimentos em uma amostra de famílias com crianças, que possuem as mesmas características socioeconômicas das creches de Diadema. A amostra comparativa será selecionada a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002-2003, em famílias pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo. A hipótese é que as crianças atendidas pelo Banco Municipal de Alimentos de Diadema são expostas a maior oferta de frutas, legumes e verduras, quando comparadas a outras que não recebem tal atendimento.

Além da introdução, fazem parte do presente trabalho mais sete capítulos. O capítulo 2 é dedicado à revisão da literatura, partindo da evolução do conceito de segurança alimentar e nutricional; passando pela origem dos bancos de alimentos; pelos principais

trabalhos internacionais e nacionais encontrados sobre bancos de alimentos; pelas noções e conceitos relativos a avaliações de políticas públicas e de programas sociais; pelas considerações sobre a POF 2002-2003; e por fim, destacando o perfil da cidade de Diadema e caracterizando o Programa Banco Municipal de Alimentos. O capítulo seguinte descreve os objetivos gerais e específicos. Os materiais e a metodologia empregada são encontrados na seção 4. O capítulo 5 apresenta os aspectos éticos relacionados à pesquisa. Os resultados obtidos na análise descritiva podem ser verificados no capítulo 6. Na sequência são discutidos os principais aspectos específicos dos resultados, e por último, o capítulo 8 que busca enfatizar as principais conclusões derivadas do presente trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A evolução do conceito de segurança alimentar e nutricional

A evolução do conceito de segurança alimentar e nutricional, assim como dos demais direitos humanos, vem acompanhando as conquistas e lutas históricas da sociedade, correspondendo a valores que mudam com o tempo e, portanto, estão em constante transformação (VALENTE, 2002).

O final da Segunda Grande Guerra Mundial evidenciou a necessidade da concepção de um estado de segurança alimentar, essencial para reconstrução de boa parte dos países europeus, uma vez que a soberania dos mesmos corria o risco de fragilizar-se ao não garantir alimento em quantidade e qualidade, suficientes a sua população (FREI BETTO, 2003; MALAQUIAS, 2003). Tal preocupação pode ser constatada com a realização da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, quando foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelecia, pela primeira vez, a alimentação como parte de tais direitos. Contudo, nesse período, o enfoque da segurança alimentar era direcionado à produção de alimentos, principalmente nos países pobres, tendo sido instituídas iniciativas internacionais de promoção e assistência alimentar.

Em 1966, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, no artigo 11 “reconhece o direito de todos a um padrão de vida adequado (...) inclusive alimentação adequada” e o “direito de todos de estar livre da fome...” (BRASIL, 1992).

A crise mundial na produção de alimentos, do início da década de 70, e a repercussão da Conferência Mundial de Alimentação de 1974, intensificaram a visão de que a questão da segurança alimentar deveria ser associada a políticas voltadas ao aumento da

produção, oferta e armazenamento estratégico de alimentos, distanciando-se do foco original, baseado nos direitos humanos, para uma visão produtivista, com “ênfase na comida, não no ser humano” (VALENTE, 2002, p. 41).

A partir dos anos 80, os aumentos contínuos da produtividade na agricultura geraram excedentes na produção e aumento de estoques de alimentos, resultando na queda dos preços dos mesmos. Fato este que favoreceu o crescimento da indústria nesta área, sem que se resolvessem os graves problemas nutricionais mundiais, mostrando que a garantia da segurança alimentar tinha estreita relação com a demanda e a distribuição de alimentos, ou seja, com o acesso, tanto físico como econômico (ABRANDH, 2006).

No final da década de 80 e início da década de 90, o conceito passa a agregar questões relativas à qualidade sanitária e nutricional, além do aspecto cultural dos alimentos, passando a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional. As discussões relativas à equidade, justiça, uso adequado e sustentável dos recursos naturais, e meio ambiente são colocadas no contexto mundial (VALENTE, 2002).

Na Cúpula Mundial da Alimentação (1996), em Roma, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) passou a tratar a questão da segurança alimentar e nutricional como direito humano, e cinco anos mais tarde, na nova Cúpula Mundial da Alimentação, se reconhece a promoção e a implementação desse direito como obrigação dos Estados (ABRANDH, 2006).

Assim, o acesso à alimentação adequada passou a ser considerado pré-requisito para realização de outros direitos humanos e, portanto, condição básica para cidadania e dignidade humanas, sendo imputado à sociedade, sob responsabilidade do Estado, cumprir as obrigações de respeitar, proteger e realizar tais direitos (ABRANDH, 2006).

No Brasil, os estudos pioneiros na área de alimentação e nutrição foram realizados nas décadas de 30 e 40, por Josué de Castro. A publicação do livro *Geografia da*

Fome revelou a magnitude e a urgência da fome no país, colocando-o como um dos fundadores do campo científico da nutrição (BATISTA FILHO e RISSIM, 2003).

No entanto apenas em 1986, com a realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, é que ocorreu uma das primeiras sistematizações do conceito de SAN. Conceito este que passa a ser considerado como a garantia a todos de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo assim, para uma existência digna (ABRANDH, 2006).

Tal conceito articula duas dimensões bem definidas: a alimentar e a nutricional. A primeira se refere aos processos de disponibilidade, englobando aspectos relativos à produção, transporte, distribuição, comercialização e acesso aos alimentos; e a segunda diz respeito mais diretamente à escolha, preparo, consumo alimentar e sua relação com a saúde (ABRANDH, 2006).

Em 1993, o Governo Itamar Franco, instituiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e em 1994 ocorreu a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Esta conferência consolidou o conceito de segurança alimentar e nutricional, discutido em 1986, e, ao mesmo tempo, serviu de base para o processo preparatório para a Cúpula Mundial de Alimentação de 1996 (CUSTÓDIO, 2004).

Em 1995, o CONSEA foi extinto e criado em seu lugar o Conselho da Comunidade Solidária com um Setor de Segurança Alimentar, deslocando o foco da questão específica da alimentação para o leque de questões envolvidas com a exclusão social e econômica (CUSTÓDIO, 2004).

Em 2003, o CONSEA é novamente instituído pelo Presidente da República. Tendo-se em 2004 a realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e

Nutricional, na qual foi sugerida a adoção do conceito de segurança alimentar e nutricional. Além disso, foi proposta a instituição da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. A referida lei incorporou, ao ser promulgada sob o nº 11.346/06, o conceito de SAN e estabeleceu o marco legal para regular o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006a).

De acordo com esta lei, art. 3, SAN é entendida da seguinte maneira:

[...] a Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Tal definição ressalta a importância da soberania alimentar reconhecida como o direito de cada nação em definir as políticas que garantam a SAN de seus povos, incluindo a preservação de práticas de produção e de alimentação tradicionais de cada cultura. Além disso, há o reconhecimento de que esse processo deva ser calcado em bases sustentáveis, sob o ponto de vista ambiental, econômico e social (ABRANDH, 2006).

2.2 Origem dos Bancos de Alimentos no mundo e no Brasil

O conceito de Banco de Alimentos (BA) surgiu em 1967, na cidade de Phoenix, Arizona, Estados Unidos, a partir da ação voluntária de John Van Hengel, que iniciou o trabalho em uma cozinha comunitária, solicitando doações aos comerciantes locais

de produtos que seriam descartados. Em pouco tempo, as doações superaram a capacidade de produção da cozinha, quando os alimentos passaram a ser distribuídos entre entidades filantrópicas de Phoenix. Assim, estabeleceu-se em 1967, o primeiro Banco de Alimentos, *St. Mary's Food Bank*, em homenagem ao Conselho da Paróquia *St. Mary*, que apoiou o trabalho de voluntários dispostos a coletar doações, criando uma central de seleção. A idéia se expandiu nos Estados Unidos e contou com apoio de alguns governos que instituíram leis de incentivo a doadores, entre estas, a Lei do Bom Samaritano, implementada por Clinton em 1996. Em 1979, os norte-americanos já contavam com uma rede de BA, *Second Harvest*, que atualmente congrega mais de 200 unidades, oferecendo atendimento a mais de 50.000 instituições (BELIK, 2004).

Em 1981 foi implantado o primeiro Banco de Alimentos no Canadá, em Edmonton, e, em 1988, criada a *Canadian Association of Food Banks* ou Associação Canadense de Bancos de Alimentos (CAFB/ACBA), que no momento tem mais de 650 BA associados (BELIK, 2004). E em 1984, a experiência foi levada para Paris. O rápido crescimento dos Bancos de Alimentos na França provocou interesse nos demais países europeus e, em setembro de 1986, foi fundada a Associação Européia de Bancos de Alimentos, que atualmente conta com 224 bancos (Ibid).

No Brasil, a experiência foi trazida pelo SESC, em 1994, através do Programa MESA/São Paulo, seguindo os modelos norte-americano e português. Programa este que integra empresas, instituições sociais e voluntários, com foco direcionado ao combate do desperdício de alimentos e à fome de populações carentes institucionalizadas (SESC, 1999). Em 2000, a Prefeitura Municipal de Santo André, por meio da Companhia Regional de Abastecimento de Santo André (CRAISA), implantou a primeira iniciativa governamental da América Latina: o Banco Municipal de Alimentos de Santo André (CRAISA, 2007).

2.3 Experiências internacionais em Banco de Alimentos

Durante a pesquisa bibliográfica observou-se que há poucos trabalhos científicos com o foco em Bancos de Alimentos, verificando-se entre os disponíveis uma maior concentração originária dos Estados Unidos e Canadá.

Bell, Wilbur e Smith (1998) pesquisaram, entre 1994 e 1995, o estado nutricional de usuários de um programa, *Emergency Food Relief* (EFR), que opera como BA em uma área rural dos EUA, chamada Manhattan no Kansas. O estudo foi realizado em uma amostra aleatória composta por 69 usuários (46 mulheres e 23 homens), obtendo-se dados demográficos e dietéticos (recordatórios de 24 horas), foram verificados ainda os níveis de hemoglobina, colesterol e medidas antropométricas. Detectou-se alta prevalência de peso elevado (12 pessoas) e obesidade (34 pessoas), de acordo com os critérios de classificação estabelecidos pela *American Dietetic Association* (ADA).

Os resultados publicados por esses autores sugerem que tal segmento da população tem risco mais elevado à exposição de problemas relativos à desnutrição que a maioria da população norte-americana. A alta incidência de obesidade é considerada um fator de risco para várias doenças crônicas, incluindo doenças do coração, diabetes e hipertensão.

Esses pesquisadores também constataram alto consumo de alimentos de baixa densidade nutricional e de alta densidade calórica. Alimentos como salgadinhos, batatas-fritas, refrigerantes, doces, lanches e biscoitos apresentavam alta frequência de consumo e, inversamente, frutas, legumes e verduras eram pouco frequentes. Participantes do estudo expressaram desejo em receber mais frutas e vegetais, e que a qualidade dos vegetais disponibilizados pelo programa fosse melhor. O estudo apontou a necessidade de se incluir o

componente educacional, orientando tanto as escolhas alimentares da população usuária como as doações da comunidade.

Paradoxalmente, Starkey *et al.* (1999) ao pesquisarem as características sócio-demográficas e de nutrição, com uma amostra aleatória estratificada de 490 usuários (256 homens e 234 mulheres) obtida em 57 Bancos de Alimentos em Montreal, concluíram que os BA são necessários e fundamentais para a comunidade. Entre os resultados mais significantes, pode-se citar a regularidade de usuários com a idade média de 41 anos, sendo que 41,6% viviam sozinhos e a maior parte, 83,5%, recebia outros benefícios sociais. Aproximadamente, 38,8% dos assistidos tinham educação técnica, secundária ou universitária. A média do IMC (Índice de Massa Corporal) foi maior que 24, indicando que a energia ingerida, apesar de estar abaixo das recomendações, não chega a ser um problema crônico. Verificaram, ainda, que os usuários apresentavam defasagem mensal no orçamento entre US\$ 43,00 a US\$ 46,00 para se alimentar adequadamente.

Segundo Tarasuk e Eakin (2003), apesar da expansão nos últimos anos do número de BA e da quantidade de indivíduos atendidos, os problemas relativos à insegurança alimentar persistem no Canadá. As pesquisadoras conduziram um estudo etnográfico¹ em 15 BA de Toronto durante 18 meses, de janeiro de 1999 a julho de 2000, para verificar a função deste programa assistencial e caritativo de caráter não-governamental.

As autoras constataram que a assistência alimentar dos BA tem duas faces que a tornam inadequada. A primeira consiste no fato de que doar alimentos é um gesto essencialmente simbólico; a segunda, que a distribuição de alimentos pode estar dissociada da necessidade dos usuários.

¹ Etnográfico relativo à etnografia. Etnografia estudo e descrição dos povos, sua língua, raça, religião, etc (FERREIRA, 1985).

Os resultados do trabalho sugerem que as doações de alimentos são limitadas, variáveis e incontroláveis, o que afeta os programas e interfere na distribuição. Os trabalhadores dos BA pesquisados acreditam que fornecem um suplemento ou que contribuem para diminuir a fome aguda, mas geralmente sabem que o alimento fornecido é insuficiente para preencher as necessidades daqueles que buscam tal recurso. Em resposta às limitações das doações, restringe-se a frequência e a quantidade dos alimentos distribuídos aos beneficiários, além de não se realizar uma seleção adequada em razão da baixa disponibilidade de produtos (TARASUK e EAKIN, 2003).

Estruturalmente, os BA têm capacidade falha em responder às necessidades daqueles que buscam a sua assistência. A inadequação às necessidades dos usuários fica mascarada, de modo que este tipo de ação pode diminuir a busca por ações efetivas da sociedade civil e do governo para solucionar o problema da insegurança alimentar (TARASUK e EAKIN, 2003).

Willows *et al.* (2006) ressaltam que no Canadá a resposta ao problema da insegurança alimentar vem sendo dada por organizações não-governamentais caritativas, denominadas Bancos de Alimentos, que distribuem alimentos diretamente a pessoas necessitadas.

A contagem de usuários de BA no Canadá é realizada anualmente nos meses de março pela Associação Canadense de Banco de Alimentos (CAFB/ACFB), que, em 2006, verificou que esse número atingia o total de 753.000 pessoas. Entre os objetivos estabelecidos para a CAFB, encontra-se o de conduzir pesquisas sobre a fome, incluindo levantamentos e contagem de pessoas em situação de insegurança alimentar, bem como desenvolver pesquisas com os usuários de BA, o que provavelmente explica as publicações naquele país em torno do tema relativo a BA (CAFB, 2007).

Neste sentido, Irwin *et al.* (2007) pesquisaram um BA na região sudeste de Ontário. O trabalho comparou o valor nutricional de uma amostra (n=180) de cestas de alimentos com o *Dietary References Intakes* (DRI) e o *Canada's Food Guide to Healthy Eating*. As cestas pretendiam suprir as necessidades nutricionais individuais de três dias. Os resultados demonstraram que 99% das cestas não atingiam os valores nutricionais recomendados para três dias. Grãos e cereais; frutas e vegetais; carnes e derivados; e laticínios apresentavam-se em quantidades abaixo das preconizadas no guia alimentar. Os níveis de carboidratos, de lipídeos e proteínas, das vitaminas e dos sais minerais, incluindo as vitaminas A, D, B12, C, riboflavina, niacina, e, especialmente, os minerais cálcio, magnésio e zinco estavam abaixo dos níveis recomendados. As cestas ofereciam energia, por pessoa, suficiente para 1,6 dias (IRWIN *et al.*, 2007).

Por outro lado, Willows *et al.* (2006) verificaram os valores nutricionais de quatro cestas distribuídas pelo *Campus Food Bank* (CBF), da Universidade de Alberta, e os custos economizados pelos estudantes beneficiados. Os pesquisadores constataram que as cestas ofereciam um conteúdo diferenciado para estudantes que pertenciam a famílias com crianças em casa. Estas cestas eram complementadas com pasta de amendoim e iogurte, e eram planejadas para suprir as necessidades de quatro dias. Havia, ainda, cestas compostas somente por itens não-perecíveis e outras que eram compostas de alimentos perecíveis, além dos não-perecíveis. O número de porções de alimentos de cada cesta foi comparado com o *Canada's Food Guide to Healthy Eating*. A porcentagem de calorias das cestas era suficiente, no entanto, o percentual proveniente dos lipídeos estava abaixo dos níveis recomendados.

Observou-se que, nas cestas doadas aos estudantes que tinham crianças na família, o teor de lipídeos era maior devido à adição de creme de amendoim. As cestas com alimentos perecíveis apresentavam melhor qualidade, porém, tais produtos eram adicionados eventualmente. A pesquisa ainda revelou que estudantes com crianças em casa podiam

economizar aproximadamente 58 dólares canadenses quando recebiam cestas com produtos perecíveis (WILLOWS *et al.*, 2006).

2.4 Experiência nacional em Banco de Alimentos

Primeiramente, cabe destacar que o programa chegou ao Brasil há pouco mais de dez anos, com a implantação em 1994 do Colheita Urbana² – MESA / SESC / São Paulo (SESC, 1999).

Em junho de 2003, a partir da parceria entre o extinto Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome³ e o SESC Brasil, ocorreu o *I Encontro Nacional de Bancos de Alimentos* (BRASÍLIA, 2003). O encontro contou com a participação de 55 instituições e, após uma série de discussões, estabeleceu um protocolo nacional de funcionamento para os Programas de Bancos e Alimentos e Colheita Urbana, especificando que os BA devam realizar as seguintes atividades:

- a) intermediar o cadastramento, inclusive para fins de isenção fiscal;
- b) recolher diariamente gêneros alimentícios excedentes, mas ainda próprios ao consumo (dentro do prazo de validade) em empresas dos setores de produção, distribuição e comercialização de alimentos;
- c) encaminhar para área de armazenamento e proceder a estocagem;

² O Colheita Urbana coleta diariamente os alimentos, de modo seguro, através de um serviço estratégico de transporte, e os encaminha diretamente para entidades sociais. O programa de Colheita Urbana não mantém estoques, pois a distribuição é imediata à coleta. Já o Banco de Alimentos é caracterizado por ser um centro de recepção e distribuição de alimentos (SESC, 1999).

³ O Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome foi extinto em 2004 e substituído pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

- d) cadastrar, segundo procedimentos definidos pelo Comitê Técnico Nacional, as entidades assistenciais que atuam na sua área de operação e definir a forma de atendimento;
- e) distribuir alimentos para instituições sociais nas quantidades e frequências pré-definidas;
- f) orientar e monitorar permanentemente instituições cadastradas para a produção de alimentação segura e nutritiva, com aproveitamento integral dos alimentos, através de ações de educação alimentar, nutricional e para o consumo.

O I Encontro recomendou, ainda, que os BA sejam instalados em conglomerados urbanos com significativa potencialidade de doação, podendo ter atuação regional ou até estadual. Em relação ao Programa Colheita Urbana, foram definidas as mesmas atribuições, à exceção da alínea “c” que foi suprimida. Além disso, foi acrescentado que os alimentos deveriam ser entregues em instituições previamente cadastradas, definindo-se, também, que tal programa teria atuação mais localizada em áreas específicas, podendo haver coexistência de vários na mesma cidade, com possibilidade de trabalhar mais no varejo e, em casos eventuais, com grandes doações.

Em 2004, foi realizado o *II Encontro Nacional de Bancos de Alimentos*, quando foram apontadas as principais dificuldades relativas ao Programa, dentre elas: ausência de mecanismos de acompanhamento das entidades beneficiadas e a falta de um modelo de gestão único, de forma a garantir a transparência e a competição entre BA instalados na mesma região (BRASIL, 2005).

Em 2004, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria a nível nacional, no Programa Banco de Alimentos, que resultou em um relatório de avaliação publicado em 2005 (BRASIL, 2005). Dentre as principais recomendações pode-se destacar:

- a) previsão de existência de conselho gestor paritário na estrutura administrativa dos BA;
- b) envio aos conselhos gestores de material informativo sobre objetivos, modo de atuação e boas práticas verificadas em BA;
- c) construção de sistema informatizado de gerenciamento para os BA públicos que possibilite a uniformização de informações sobre doadores, doações e instituições assistidas, contribuindo para a avaliação nacional do programa e da qualidade do gasto público federal em termos de eficácia e efetividade dos Bancos apoiados;
- d) estabelecimento, nos planos de trabalho dos convênios celebrados, da elaboração do regimento interno com procedimentos mínimos de operação padronizados;
- e) previsão de critérios para seleção de entidades, que considerem a carência material das mesmas e a incorporação da discussão sobre superação das desigualdades de gênero e cor/etnia do público por elas atendido;
- f) elaboração de plano de implantação de BA em municípios prioritários;
- g) capacitação das equipes técnicas dos BA.

Custódio (2004) realizou uma pesquisa relacionando a distribuição geográfica da demanda do Banco Municipal de São Paulo (BMSP) ao perfil de exclusão social na cidade.

A base de dados das Organizações Sociais cadastradas no programa em 2003 permitiu que esta autora analisasse a distribuição na cidade de São Paulo. Como ponto de partida, teve-se a comparação entre esta demanda e o Mapa de Vulnerabilidade Social, que foi produzido pela Secretaria de Ação Social em parceria com o Centro de Estudos da Metrópole e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEM/CEBRAP), a partir dos dados do Censo de 2000. A autora sugere a realização de estudos adicionais, que verifiquem os aspectos qualitativos que envolvem as Organizações Sociais, intermediárias no repasse de alimentos entre o BA e os beneficiários finais (Ibid).

Na referida pesquisa, detectou-se que o BMSP poderia implementar mais ações voltadas à captação de alimentos e, conseqüentemente, melhorar o atendimento da demanda, sugerindo a implantação de um sistema de monitoramento no qual fossem destacados os produtos, o volume e a qualidade, além dos impactos econômico, social e nutricional das transferências nas comunidades onde se encontravam os beneficiados.

A autora ressalta, ainda, que o Banco Municipal de São Paulo deve ser encarado como uma ação dentro de uma política pública mais ampla, não devendo ser visto isoladamente, mas dentro do arcabouço das políticas públicas do Programa Fome Zero (CUSTÓDIO, 2004).

Sabadin (2005) também desenvolveu um trabalho sobre Banco de Alimentos. Nesta pesquisa, a autora realizou um estudo de caso com o objetivo de verificar os incentivos e entraves relativos à doação institucional de alimentos na Grande São Paulo. Para tal, avaliou quantitativamente seis iniciativas de BA e Colheita Urbana, que a pesquisadora denominou como Intermediário de Doação de Alimentos (IDA). A avaliação foi realizada com quatro iniciativas ligadas a ONGs e duas a esferas municipais. Foram pesquisadas, também, sete instituições receptoras de alimentos ou Entidades Assistenciais Carentes (EAC), cinco

empresas doadoras efetivas e seis empresas consideradas potenciais doadoras, mas que ainda não haviam efetivado doações.

De acordo com esta autora, no Brasil, um dos entraves para elevar o volume de doações é a ausência de legislação que proteja civil e criminalmente o empresário ou doador de alimentos de boa-fé, apesar da existência desde de 1998 do projeto de lei nº 4.747 que tramita no Congresso Nacional.

A responsabilidade social, a redução do desperdício e alguns incentivos fiscais são apontados por Sabadin (2005) como os principais incentivos no processo de doação. Quanto aos entraves, a autora diagnosticou os seguintes fatores:

- a) desconhecimento do perfil da entidade beneficiada;*
- b) falta de capacitação dos manipuladores de alimentos, podendo gerar mais desperdício;*
- c) falta do respaldo legal que isenta da responsabilidade civil e criminal o doador de boa-fé;*
- d) falta de cultura de doação;*
- e) falta de confiança nos trabalhos dos Intermediários de Doação de Alimentos;*
- f) falta de recursos financeiros dos Intermediários de Doação de Alimentos;*
- g) logística deficiente para efetivar rapidamente a retirada e distribuição das doações (p.66).*

Em 2006, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou, em convênio com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e

Alimentação (FAO) e com a participação e execução da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Rede de Desenvolvimento Ensino e Sociedade (REDES), pesquisa quali-quantitativa junto a gestores do Programa BA em todo Brasil (BRASIL, 2006b). O objetivo geral foi o de realizar análises referentes à eficácia, efetividade e eficiência do Programa, bem como sua viabilidade enquanto política pública. Foram enviados pelo correio 118 questionários aos BA, obtendo-se 55 respostas. Na pesquisa qualitativa foram feitas entrevistas semi-estruturadas com gestores de 29 Bancos de Alimentos. A pesquisa verificou que os BA pesquisados atendem a 5.387 instituições cadastradas e movimentam o volume mensal de 34 toneladas de alimentos perecíveis e 11 toneladas de semiperecíveis. Além disso, cerca de 60% dos BA conveniados ao MDS realizam atividades de educação alimentar. Ressalta-se que entre os BA pesquisados o aproveitamento de frutas, verduras e legumes (FLV) é um ponto forte, representando um mecanismo importante de estímulo ao seu consumo *in natura*. Dentre as principais dificuldades apontadas encontram-se a resistência dos doadores em aderir ao programa, as limitações de infra-estrutura (transporte) e a doação de produtos sem condição de consumo (Ibid).

2.5 Avaliações de políticas públicas e de programas sociais

A avaliação de políticas públicas e programas sociais é um tema atual, uma vez que há a escassez de recursos frente às demandas da população. Sendo assim, tal questão, dentro do contexto das entidades públicas, deve ser entendida como um exercício permanente de comparação entre o planejado e o executado, com o objetivo de contribuir para a tomada

de decisão em relação aos programas, e conseqüentemente para adequada alocação de recursos.

Segundo Draibe (2001), política pública é entendida como

[...] aquela que tem como objetivo uma dada intervenção na realidade social, não se restringindo às políticas estatais ou de governo, podendo abarcar, por exemplo, políticas de organizações privadas ou não governamentais de quaisquer tipos, sempre e quando preservado o caráter público (p. 17).

De acordo com Silva e Costa (2002), o setor público, no Brasil, prioriza os processos de formulação de programas e projetos e negligência as etapas de monitoramento e avaliação.

A respeito da definição de avaliação, Tanaka e Melo (2004) colocam que a mesma pode ser entendida “como um processo técnico-científico destinado à tomada de decisão, envolvendo momentos de: medir, comparar e emitir juízo de valor” (p. 13). O juízo de valor propiciará a tomada de decisão.

Uma alternativa para a avaliação é a utilização de indicadores. Conforme Valarelli (1999), “os indicadores são parâmetros qualificados e/ou quantificados que servem para detalhar em que medida os objetivos de um projeto foram alcançados, dentro de um prazo delimitado de tempo e numa localidade específica” (p. 2).

Na mesma direção, Tanaka e Melo (2004) destacam que “o indicador é uma variável, característica ou atributo de estrutura, processo ou resultado que é capaz de sintetizar o que se quer avaliar” (p. 19). Tais autores ressaltam que é imprescindível, para se chegar a um juízo de valor, que os indicadores sejam comparados com parâmetros.

Na mesma linha de pensamento pode-se citar Carvalho *et. al.* (2000), ao afirmarem que:

O cerne da avaliação é a expressão *juízo de valor*. Para medir esse juízo é preciso buscar parâmetros, como o *optimum* desejável para cada objeto a ser avaliado. A escolha desse parâmetro pode ficar na subjetividade individual do avaliador ou na consensualidade dos peritos e entendidos em cada objeto a ser avaliado (p. 73).

Dessa maneira, na presente pesquisa de mestrado, será utilizado como indicador a quantidade de frutas, legumes e verduras, fornecida às crianças das creches conveniadas ao Banco Municipal de Alimentos de Diadema. Essa quantidade será comparada com a disponibilidade desses mesmos alimentos em famílias da região metropolitana da Grande São Paulo. Estas famílias terão as mesmas características socioeconômicas daquelas atendidas pelo Banco Municipal de Alimentos de Diadema. Os dados relativos às famílias serão obtidos a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2002-2003).

2.6 Considerações sobre a POF 2002-2003

De acordo com Mondini e Monteiro (1994) “os inquéritos dietéticos permitem inferir com maior precisão a quantidade de alimentos consumidos por famílias ou indivíduos, entretanto apresentam inconvenientes relativos ao custo elevado e ao tempo necessário para apurar a alta variabilidade do consumo alimentar em domicílios” (p. 434). Nesse sentido, os autores apontam que as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) são uma fonte alternativa e valiosa de informações sobre o consumo alimentar.

Carmo (2000) indica que as POFs vêm se constituindo em um importante instrumento de estudo sobre o consumo alimentar de populações, podendo ser definidas como

um levantamento exaustivo das despesas de uma amostra representativa de famílias de uma região, durante um determinado período de tempo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2004a), a POF é uma pesquisa domiciliar por amostragem e é considerada um levantamento de dados primários coletados junto às famílias, que são denominadas “unidades de consumo”, que, por sua vez, são definidas como o conjunto de pessoas que compartilham o orçamento para fazer jus as despesas coletivas.

As POFs oferecem dados referentes às quantidades de alimentos e bebidas adquiridas por ano pelas famílias para consumo no domicílio. Estes dados são obtidos através de diferentes detalhamentos geográficos, classes de rendimentos e formas de aquisição, o que facilita o levantamento de padrões dietéticos e a identificação e delimitação dos problemas nutricionais de diversos grupos populacionais (PACE, 2004).

Considerando o território nacional, o IBGE realizou quatro pesquisas sobre orçamentos familiares. A primeira foi o Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), realizada no período de 1974-1975, com dados de 53.311 famílias, cobrindo todo o território nacional, à exceção da área rural da Região Norte. Em 1987-1988 e em 1995-1996 foram realizadas duas POFs que foram concebidas para atender, prioritariamente, a atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE. Essas POFs foram realizadas nas Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no município de Goiânia e no Distrito Federal. E, por último, a POF 2002-2003, que teve abrangência em todo território nacional (IBGE, 2004a).

A POF 2002-2003 teve por objetivo investigar a composição dos orçamentos familiares a partir do levantamento de informações dos hábitos de consumo, da alocação dos

gastos e da distribuição dos rendimentos, segundo as características dos domicílios e das pessoas (IBGE, 2004a).

Esse estudo abordou, pela primeira vez, as aquisições não-monetárias (produção própria, coleta, caça, pesca, troca, doação, retirada do negócio e salário em bens), propiciando informações mais detalhadas sobre a disponibilidade de alimentos, sobretudo nas famílias com menores rendimentos (IBGE, 2004a). Foram, ainda, pesquisadas as opiniões das famílias sobre a qualidade de vida, visando complementar as análises socioeconômicas, especialmente referentes à pobreza, à desigualdade e à exclusão social. A pesquisa incluiu também um levantamento antropométrico (peso e estatura) dos entrevistados, permitindo o cálculo do IMC (Índice de Massa Corporal), importante indicador das condições de alimentação e nutrição da população (IBGE, 2004a).

Através da POF 2002-2003, obteve-se o detalhamento das despesas mensais das famílias brasileiras, que pode ser visualizado no Gráfico 1. Os gastos com alimentação, por exemplo, representam na média nacional 20,75% das despesas de consumo (IBGE, 2006).

Mondini e Monteiro (1994) utilizaram duas pesquisas nacionais de orçamentos familiares, realizadas no início da década de 60 e no final da década de 80, além de um inquérito nacional sobre consumo alimentar que ocorreu em meados da década de 70, com o objetivo de traçar a tendência secular de mudanças do padrão alimentar da população urbana brasileira, no período de 1962 a 1988. As alterações ocorreram de maneira semelhante nas regiões nordeste e sudeste e compreenderam: 1) redução no consumo relativo de cereais, feijão, raízes e tubérculos; 2) substituição de banha, toucinho e manteiga por óleos e margarinas; e 3) aumento no consumo relativo de leite e derivados e ovos.

Gráfico 1 – Distribuição das despesas de consumo, segundo tipo de gasto, para população brasileira.

Fonte: IBGE, 2006.

Em 2000, Monteiro *et al.*, realizaram novo estudo com o intuito de atualizar a tendência secular (1962-1988), utilizando como fontes de dados as POFs realizadas entre março de 1987 e fevereiro de 1988 que analisaram 13.611 domicílios, e entre outubro de 1995 e setembro de 1996, onde foram verificadas informações de 16.014 domicílios em áreas metropolitanas do Brasil. Os pesquisadores observaram tendência ascendente da participação de lipídios na dieta do Norte e do Nordeste e aumento no consumo de ácidos graxos saturados em todas as áreas metropolitanas do Brasil. E, ainda, a redução do consumo de carboidratos complexos e aumento da participação relativa de açúcar refinado e refrigerante em todo país. A diminuição ou estagnação do consumo de leguminosas, verduras, legumes e frutas foi outro aspecto negativo da evolução do padrão alimentar no período entre 1988 e 1996.

Monteiro *et al.* (2005) descreveram a disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil em 2002-2003 e avaliaram a evolução nas áreas metropolitanas no período compreendido entre 1974 -2003. A principal base de dados foi a POF 2002-2003. Entre as características positivas, pode-se destacar a adequação protéica em todas as classes de

rendimento da população e, em relação às características negativas, tem-se a diminuição do consumo de frutas e hortaliças e o excesso de açúcar. A redução no consumo de arroz e feijão e aumento de produtos industrializados, com predominância de biscoitos e refrigerantes, também foram verificados.

Gráfico 2 – Proporção do grupo frutas no total de despesa com alimentação no domicílio.

Fonte: IBGE, 2006.

Os Gráficos 2 e 3 ilustram parte das mudanças no padrão da alimentação em regiões metropolitanas do Brasil. Cabe esclarecer que as POFs apresentam dados relativos aos alimentos adquiridos, ou seja, alimentos que podem ser consumidos, não significando que o sejam, além do fornecimento de dados da família e não individualizados. No entanto, considerando o grande número de indivíduos e famílias pesquisadas dos diversos estratos socioeconômicos e geográficos das populações e a acurácia das informações coletadas, estudos da evolução dos padrões dietéticos têm sido baseados em dados referentes às despesas com alimentação, obtidos, em geral, em Pesquisas de Orçamentos Familiares.

Gráfico 3 – Quantidade (kg) adquirida de alimentos para consumo domiciliar anual ENDEF e POFs (aquisição monetária). Regiões Metropolitanas – Brasil, 1974-1975; 1987-1988; 1995-1996 e 2002-2003/2003.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares, 2006.

2.7 Perfil da cidade de Diadema e do programa “Banco Municipal de Alimentos”

Diadema integra a região do ABCD, formada por sete municípios, que compreende a área mais industrializada da Região Metropolitana de São Paulo. A cidade está localizada a sudeste da Grande São Paulo, a 17 km da capital e a 46 km de Santos, e ocupa uma área de 30,7 km², sendo 7,24 km² referentes à área de proteção de mananciais e 0,7 km² de águas da Represa Billings (DIADEMA, 2006).

No início do século XIX, o local servia de ponto de passagem para quem seguia em direção à Baixada Santista. Nesta época, Diadema foi se constituindo num pequeno núcleo habitacional, com a finalidade de oferecer pousada aos viajantes. Em 1948, passou a ser Distrito de São Bernardo do Campo, já com a atual denominação. Em 1959, adquiriu autonomia político-administrativa (DIADEMA, 1999).

O início da história econômica de Diadema foi marcado pela chegada das grandes indústrias automobilísticas ao ABCD. Nos anos 50, a Via Anchieta tornou-se o grande eixo de localização desse setor industrial no Brasil. A urbanização ocorreu em consequência da expansão industrial de São Bernardo do Campo e abriu mercado para áreas complementares na cidade, como setor de autopeças, plástico, borracha, máquinas e embalagens. De 1995 a 2000 houve o crescimento dos setores de serviços e comércio, que passaram a ocupar muitos trabalhadores antes empregados na indústria. Em 2006, a cidade contava com cerca de 1.800 indústrias de pequeno e médio porte, destacando-se o ramo de metalurgia, cosméticos e plásticos, além de mais de dezoito mil estabelecimentos comerciais e de uma rede bancária com 40 agências (DIADEMA, 2006).

A população recenseada pelo IBGE em 2000 foi de 357.064 habitantes. Em 2007, o IBGE estimou a população em 386.779 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 12.619,2 hab./km² (IBGE, 2008).

De acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), apurado a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico, e que avalia as situações de menor ou maior vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta, em 2000, cerca de 50,1% da população residente do município estava exposta a um grau de vulnerabilidade considerado médio, 6,1% a um grau alto e 10,6% a grau muito alto de vulnerabilidade. Enquanto que somente 0,7% da população não apresentava nenhum grau de vulnerabilidade, 4% tem um grau de vulnerabilidade muito baixa e 28,5% apresenta grau de

vulnerabilidade baixa (SÃO PAULO, 2008).

Comparando-se os Censos de 1991 e 2000, verifica-se que a renda per capita média do município cresceu 3,17%, passando de R\$ 283,41 em 1991 para R\$ 292,40 em 2000. Por outro lado, a pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) cresceu 61,43%, passando de 10,1% em 1991 para 16,2% em 2000, totalizando cerca de 58.000 pessoas nesta condição (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2003).

Em função dessa situação, em 2003, o Prefeito de Diadema instaurou um grupo técnico, com representantes de diversas secretarias municipais (Saúde, Desenvolvimento Econômico e Urbano, Habitação, Jurídico, Educação, Assistência Social e SANED) com o objetivo de discutir as ações da Prefeitura, frente ao Programa Fome Zero lançado pelo Governo Federal (BRASIL, 2005).

Em março de 2003, ocorreu o lançamento do *Fórum Municipal Fome Zero – Diadema*, com o intuito de subsidiar a construção da Política Municipal de Segurança Alimentar. Neste mesmo ano, o Fórum teve três reuniões, com uma média de 400 participantes e discutiu o Projeto de Lei de criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Diadema (CONSEAD), a forma de indicação dos segmentos sociais para sua composição e a minuta de regimento interno (BRASIL, 2005).

O CONSEAD foi instituído pela Lei Municipal nº 2.230 de 28/04/2003, com o objetivo de propor as diretrizes da Política Municipal de Segurança e Nutricional Alimentar. Entre as ações discutidas e propostas pelo CONSEAD estava a implantação do Programa Banco Municipal de Alimentos de Diadema (DIADEMA, 2003b).

O programa foi implantado em outubro de 2003 e, de acordo com informações obtidas *in loco*, em dezembro de 2003 foi firmado convênio com o Governo Federal para

repasse de recursos financeiros na ordem de R\$ 110.000,00, que foram complementados em julho de 2004 em mais R\$ 22.000,00. Recursos estes que foram destinados à aquisição de equipamentos e de materiais de consumo e para a implantação do Banco Municipal de Alimentos de Diadema (BRASIL, 2005).

Em outubro de 2007, havia 67 entidades cadastradas com atendimento em 77 locais, dessas, 36 ofereciam refeições assistindo 6.239 pessoas em creches, asilos, abrigos, entre outras instituições e 31 entidades distribuíam alimentos *in natura*, atendendo 2.000 famílias (ou 8.000 pessoas). Em relação às entidades que distribuíam refeições, encontravam-se 11 entidades sociais que ofereciam o serviço de creche em 28 locais, atendendo diariamente 3.192 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, durante um período de 9 horas, nas quais eram oferecidas de 4 a 5 refeições: desjejum, lanche, almoço, lanche da tarde e jantar.

A captação de alimentos é uma das etapas essenciais para a manutenção do Banco de Alimentos e, segundo informações obtidas junto aos técnicos do programa, foram desenvolvidas algumas estratégias com o intuito de intensificar tal ação. Em 2004, estabeleceu-se contato telefônico com cerca de 300 empresas, potenciais parceiras, para agendamento de visita, objetivando a apresentação do programa. Obteve-se agenda com cerca de 90 locais, sendo que das 90 empresas visitadas, efetivou-se a parceria com oito. Atualmente, o Banco tem parceria com 20 empresas.

Em relação aos alimentos arrecadados e distribuídos, pode-se observar no Gráfico 4 que 68% correspondem a frutas, legumes e verduras (FLV), 31% alimentos não perecíveis, como grãos, farináceos, enlatados, entre outros; e 1% corresponde a alimentos congelados e refrigerados.

Gráfico 4 – Distribuição percentual por tipo de alimento arrecadado no Banco Municipal de Alimentos de Diadema no período de janeiro 2005 a outubro 2007.

Fonte: Banco Municipal de Alimentos de Diadema.

O Programa tem trabalhado no sentido de promover a divulgação de suas ações junto às escolas municipais, particulares, escolas técnicas, universidades, indústrias da região e estabelecimentos comerciais.

Em outubro de 2007, foi feito um levantamento de dados na sede do Programa, onde foi possível observar que a equipe de pessoal é composta por 7 bolsistas da frente de trabalho, 2 motoristas, 1 assistente social, 2 nutricionistas (sendo 1 por ½ período) e 5 estagiários de nutrição (bolsistas). O Programa possui, ainda, parceria com a Universidade Metodista, Universidade São Judas Tadeu e Faculdades Integradas Coração de Jesus para estágios curriculares dos cursos de graduação em Nutrição.

Em Diadema, o Programa tem por meta atender semanalmente as entidades de produção local, principalmente àquelas que assistem a grupos vulneráveis da população, como crianças, gestantes, nutrízes, adolescentes, terceira idade, portadores de moléstias infecto-contagiosas (por exemplo, a AIDS), moradores de rua, entre outros.

Especial atenção é dada àquelas entidades do tipo creche. Outro aspecto central do Programa são as ações educativas que englobam desde o acompanhamento às unidades atendidas, através de visitas periódicas, até palestras e treinamentos às famílias e aos manipuladores de alimentos.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Comparar o fornecimento, no ano de 2007, de frutas, legumes e verduras do Banco Municipal de Alimentos de Diadema para as creches com a disponibilidade dos mesmos alimentos em uma amostra de famílias com crianças e com as mesmas características sócio-econômicas das creches, obtida a partir da POF 2002-2003 da região metropolitana de São Paulo.

3.2 Objetivos Específicos

- ✓ Caracterizar, em termos socioeconômicos, as crianças atendidas nas creches cadastradas no Banco Municipal de Alimentos de Diadema;
- ✓ Avaliar a oferta e a distribuição de frutas, legumes e verduras provenientes do Banco Municipal de Alimentos de Diadema às creches durante 2007;
- ✓ Descrever as características sócio-econômicas das famílias com crianças da POF 2002-2003 pertencentes à região metropolitana de São Paulo, associadas ao padrão de aquisição domiciliar de frutas, legumes e verduras;
- ✓ Descrever as características da sub-amostra das famílias da POF 2002-2003 da região metropolitana de São Paulo e com as mesmas condições sócio-econômicas das famílias das creches;

- ✓ Comparar os padrões de consumo de frutas, legumes e verduras da sub-amostra da POF 2002-2003 com os padrões de oferta dos mesmos produtos do Banco Municipal de Alimentos de Diadema às creches, de acordo com a renda familiar, escolaridade e gênero do chefe da família.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa consiste em um estudo transversal descritivo baseado em dados secundários, coletados em nove entidades sociais com atendimento do tipo creche, e em informações obtidas junto ao Programa Banco Municipal de Alimentos de Diadema.

Os dados coletados foram comparados com uma amostra de famílias, originária da base de dados da POF 2002-2003 da Região Metropolitana de São Paulo, e que possuía as mesmas características socioeconômicas das crianças das creches.

4.1 Materiais

4.1.1 Creches

O atendimento do tipo creche, em 2007, era realizado em 11 entidades sociais cadastradas junto ao Banco de Alimentos, que abrangiam 28 unidades ou locais de atendimento, perfazendo um total de 3.192 crianças. No entanto, foi possível realizar o estudo com somente 09 entidades, pois uma das entidades sociais não teve disponibilidade em participar da pesquisa, sendo que a mesma oferecia o atendimento em 03 locais, e uma outra entidade teve o seu cadastro suspenso devido a mudanças administrativas, passando de um atendimento filantrópico para particular, descaracterizando-se do foco de atendimento do Programa.

Outro aspecto que interferiu na amostra das creches foi o não retorno dos termos de consentimento por parte das famílias. Sendo assim, a amostra inicial de 3.192

passou para 2.052 crianças, e as entidades sociais pesquisadas de 11 para 09, com 24 locais de atendimento. Os dados foram apresentados de acordo com a entidade e identificados numericamente de 01 a 09 de maneira a assegurar o sigilo das informações.

4.1.2 POF 2002-2003

De acordo com o IBGE (2004a), a POF é uma pesquisa realizada por amostragem por conglomerado, em dois estágios, com estratificação geográfica e sócio-econômica das unidades primárias de amostragem, que correspondem aos setores censitários da base geográfica do Censo Demográfico 2000. As unidades secundárias de amostragem foram os domicílios particulares permanentes. Os setores foram selecionados por amostragem sistemática com probabilidade proporcional ao número de domicílios no setor, ao passo que os domicílios foram selecionados por amostragem aleatória simples sem reposição, dentro dos setores selecionados. Em seguida, foi aplicado procedimento de distribuição dos setores (e respectivos domicílios selecionados) ao longo dos 12 meses de duração da pesquisa, garantindo em todos os trimestres a coleta em todos os estratos geográficos e socioeconômicos (Ibid).

Tal desenho amostral permite a expansão e a representatividade dos resultados para o Brasil, Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), por situação urbana e rural, possibilitando traçar o perfil das condições de vida da população (IBGE, 2004a).

O tamanho efetivo da amostra foi de 3.984 setores, correspondendo a um número esperado de 44.248 domicílios, sendo entrevistados 48.470 domicílios efetivamente. As informações da POF foram obtidas diretamente nos domicílios selecionados, num período

de nove dias consecutivos, através de entrevistas realizadas junto aos moradores. Os dados foram coletados nas áreas urbanas e rurais em todo território brasileiro, no período de 12 meses, compreendido entre julho de 2002 e junho de 2003 (IBGE, 2004b).

Em função da grande diversidade de itens relativos às despesas, com diferentes valores unitários e frequências de aquisição, foram definidos quatro períodos de referência para as respostas (07 dias, 30 dias, 90 dias e 12 meses), sendo que para as informações de rendimentos considerou-se o período de 12 meses. Desse modo, as variações de datas, períodos especiais e estações do ano foram captadas (IBGE, 2004b).

As informações referentes aos alimentos adquiridos e destinados ao consumo domiciliar foram coletadas por meio de registro diário, em instrumento denominado caderneta de despesa coletiva. Nessa caderneta foram registradas diariamente, durante sete dias consecutivos, as aquisições de uso comum na unidade de consumo – de alimentos, inclusive refeições prontas e bebidas, além de produtos de higiene e limpeza. Os registros nas cadernetas foram realizados com descrição detalhada de cada produto adquirido, em termos de quantidade, unidade de medida e correspondente peso e volume, com o respectivo valor da despesa monetária (quando existente), do local da compra e da forma de obtenção do produto. Outros instrumentos de coleta também foram utilizados, entre eles: questionário do domicílio (informações gerais sobre o domicílio e sobre as características de todos os moradores); questionário de despesa coletiva (despesas com serviços e taxas diversas e outras despesas do domicílio); questionário de despesa individual (disponibilidade de crédito e plano de seguro-saúde e todos os tipos de despesas de uso ou finalidade individual, como produtos farmacêuticos e de assistência à saúde); questionário de rendimento individual (todos os rendimentos do trabalho e de transferências, outros rendimentos, receitas e empréstimos); questionário de condições de vida (informações de caráter subjetivo para obter a percepção da

população a respeito da qualidade de vida da família, enfocando inclusive aspectos ligados à percepção sobre a quantidade e tipos de alimentos consumidos) (IBGE, 2004b).

Para a consecução dos propósitos estabelecidos para esta dissertação, o foco será restrito aos dados da POF 2002-2003 referentes à região metropolitana de São Paulo, analisando-se as unidades de consumo com características socioeconômicas semelhantes às das famílias atendidas pelo Banco de Alimentos de Diadema. Tais informações totalizaram 11.343 registros.

4.2 Métodos

4.2.1 Elaboração da base de dados das creches

Primeiramente foi realizada uma reunião com os coordenadores das entidades conveniadas ao Banco de Alimentos de Diadema e com atendimento do tipo creche. Durante a reunião foram expostos os objetivos da pesquisa e a metodologia. Posteriormente, cada entidade foi visitada e recebeu o termo de adesão à pesquisa. As creches que concordaram e que encaminharam o termo de adesão ao projeto receberam os termos de consentimento correspondente ao número de crianças e os distribuíram aos responsáveis. Após o preenchimento, assinatura e entrega dos termos pelos responsáveis das crianças, procedeu-se a coleta dos dados socioeconômicos. Esses dados foram obtidos pela pesquisadora por meio do levantamento de informações disponíveis nas fichas de visitas, matrículas e demais documentos dos prontuários individuais das crianças arquivados nas secretarias de cada creche.

Os dados foram coletados no período de novembro de 2007 a abril de 2008, em planilha específica (Anexo I) e posteriormente tabulados de acordo com a creche.

Durante a coleta observou-se que parte da documentação das crianças não estava completa, gerando um percentual alto de dados sem informação. Foram selecionadas para coleta e análise as seguintes variáveis sócio-econômicas:

a) Caracterização da criança

- ✓ Sexo (masculino ou feminino);
- ✓ Data de nascimento (dia, mês e ano);
- ✓ Etnia (amarela, branca, indígena, parda, negra e sem informação).

b) Caracterização do responsável pela criança

- ✓ Grau de parentesco com a criança (mãe, pai, avós, tios, tutor, outros);
- ✓ Escolaridade (analfabeto fundamental completo, fundamental incompleto, médio completo, médio incompleto, técnico completo, superior completo, superior incompleto, sem informação);
- ✓ Ocupação. Tal dado foi categorizado de acordo com a classificação brasileira de ocupação de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- ✓ Unidade federativa de origem dos pais ou dos responsáveis. Esta informação foi agrupada por regiões administrativas do Brasil.

c) Caracterização da família e das condições de habitação e saneamento

- ✓ Número de pessoas no domicílio. O dado foi coletado separando o número de crianças e adultos e posteriormente totalizado;

- ✓ Renda familiar total. Foi ajustada de acordo com o valor do salário mínimo vigente no ano em que a mesma foi declarada, ou seja, de acordo com o ano de início da criança, como segue:
 - crianças de 8 a 7 anos – renda inf. de 2002 – salário mínimo R\$ 200,00
 - crianças de 6 anos – renda inf. de 2003 – salário mínimo R\$ 240,00
 - crianças de 5 anos – renda inf. de 2004 – salário mínimo R\$ 260,00
 - crianças de 4 anos – renda inf. de 2005 – salário mínimo R\$ 300,00
 - crianças de 3 anos – renda inf. de 2006 – salário mínimo R\$ 350,00
 - crianças de 2 a 1 ano – renda inf. de 2007 – salário mínimo R\$ 380,00
- ✓ Renda familiar per capita. Dividiu-se a renda familiar total pelo número de moradores;
- ✓ Condição do imóvel (alugado, cedido, financiado, invasão, permissão uso PMD, próprio, sem informação);
- ✓ Material do imóvel (alvenaria, madeira, zinco, taipa, outro);
- ✓ Existência de água de abastecimento público e rede de esgoto (sim ou não).

4.2.2 Elaboração da base de dados do Banco Municipal de Alimentos de Diadema

Os dados da frequência de distribuição de alimentos foram coletados das planilhas mensais de distribuição, que agregam informações relativas à identificação de cada entidade e data de retirada dos produtos. Tais planilhas se encontram arquivadas no Banco Municipal de Alimentos de Diadema.

Os dados quantitativos de distribuição de alimentos às creches foram coletados a partir das informações disponíveis no software do Banco de Alimentos (NUTRILIBRA, 2006), no período de janeiro a dezembro de 2007.

4.2.3 Pesquisa de orçamento familiar – POF 2002-2003

Primeiramente, entre os 11.343 registros referentes à região metropolitana de São Paulo, foram identificados os alimentos adquiridos e as quantidades correspondentes em quilos. Posteriormente, os alimentos foram reunidos nos seguintes grupos: frutas, legumes, verduras. A seguir os dados foram somados por unidade de consumo e sintetizados. Além dos grupos de alimentos com as respectivas quantidades foram consideradas para o presente estudo as seguintes variáveis:

- ✓ Código que identifica o domicílio;
- ✓ Código que identifica a unidade de consumo;
- ✓ Renda média mensal domiciliar;
- ✓ Número de moradores;
- ✓ Número de crianças;
- ✓ Renda per capita;
- ✓ Sexo do chefe do domicílio, sendo: 1 - masculino, 2 - feminino (não gestante e não lactante), 3 - feminino e gestante e 4 - feminino e lactante;
- ✓ Escolaridade do chefe do domicílio. A escolaridade na POF constava como anos de estudo, porém foi realizada a seguinte correspondência para comparação com as creches:
 - analfabeto – 0 ano de estudo;

- ensino fundamental incompleto – menos que nove anos de estudo;
- ensino fundamental completo – 9 anos de estudo;
- ensino médio incompleto – 10 a 11 anos de estudo;
- ensino médio completo – 12 anos de estudo;
- ensino superior incompleto – 14 ou 13 anos de estudo;
- ensino superior completo – 15 ou mais anos de estudo;
- sem informação.

A amostra da região metropolitana de São Paulo compreendeu 808 famílias e dessas, somente 404 tinham crianças em sua composição. Analisando-se o consumo de FLV nas 404 famílias observou-se que somente 242 famílias apresentavam consumo desses alimentos. Assim, para obtenção do padrão de consumo da POF, e, buscando homogenizar as amostras para efeito de comparação considerou-se somente as famílias consumidoras de FLV.

Com o objetivo de tornar as amostras ainda mais semelhantes nova seleção na amostra da POF foi realizada considerando-se o rendimento mensal das famílias.

5 ASPECTOS ÉTICOS

Conforme preconiza a Resolução nº 196, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, de 10/10/96, o presente projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (Anexo II).

6 RESULTADOS

6.1 Alimentos distribuídos pelo Banco Municipal de Alimentos às creches

Verificada a frequência mensal de distribuição de alimentos às creches em 2007, organizou-se a Tabela 1. Cabe salientar que se adotou o período médio de distribuição de 43 semanas e $\frac{1}{2}$ para fins de cálculo do per capita diário.

Tabela 1 – Frequência de distribuição de alimentos a nove creches cadastradas, segundo mês, no ano de 2007.

Creches	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.	Total
1	1	3	3	1	4	4	5	4	3	5	3	3	39
2	2	5	5	5	5	5	7	6	3	6	3	2	54
3	5	5	4	5	4	3	6	4	3	5	2	2	48
4	2	4	5	4	4	5	1	5	3	4	2	2	41
5	1	4	4	4	4	4	5	4	3	5	2	3	43
6	1	3	4	4	4	4	6	3	2	4	2	2	39
7	2	3	4	6	3	4	6	5	2	4	2	2	43
8	3	2	4	7	3	3	4	3	3	2	0	4	38
9	5	5	5	5	3	4	4	4	2	5	2	3	47
Média	2,44	3,78	4,22	4,56	3,78	4,00	4,89	4,22	2,67	4,44	2,00	2,56	43,56
Desvio padrão	1,70	1,41	0,68	1,66	0,67	0,71	1,76	0,97	0,50	1,13	0,86	0,73	5,66

Fonte: Banco Municipal de Alimentos de Diadema (2008).

Os dados quantitativos de distribuição de alimentos às creches foram coletados a partir das informações disponíveis no software do Banco de Alimentos (NUTRILIBRA, 2006), no período de janeiro a dezembro de 2007.

As quantidades de alimentos distribuídas para cada entidade são apresentadas na Tabela 2. A quantidade per capita variou de acordo com o tipo de alimento e com a entidade, desta forma adotou-se, para fins de análise, o per capita único visando minimizar erros nas análises posteriores. A quantidade per capita única foi obtida a partir da quantidade total distribuída às creches dividida pelo número de crianças matriculadas. No entanto, tal quantidade per capita é anual e para fins de análise foi calculada em dias. No cálculo adotou-se o período de referência de 43,5 semanas. Considerando-se que as creches são freqüentadas 5 dias na semana, obteve-se um total de 217,5 dias. Logo, se dividiu a quantidade per capita anual por 218, resultando nas seguintes quantidades per capitas diárias em gramas:

- ✓ Frutas – 25,42g
- ✓ Legumes – 29,71g
- ✓ Verduras – 21,13g
- ✓ FLV (frutas, legumes e verduras) – 76,26g

Tabela 2 – Quantidade em quilos de alimentos distribuída para nove creches no ano de 2007, pelo BMAD.

Creches	N. crianças matriculadas	Frutas - kg	Legumes - kg	Verduras - kg	Total - kg
1	108	1.106,50	1.477,40	471,00	3.054,90
2	61	965,80	1.089,60	588,70	2.644,10
3	467	1.794,90	2.086,00	1.727,60	5.608,50
4	842	4.769,40	5.560,38	3.083,81	13.413,59
5	511	2.141,70	2.143,50	2.541,20	6.826,40
6	132	1.134,60	790,90	604,40	2.529,90
7	132	790,10	1.150,20	876,70	2.817,00
8	178	778,30	1.323,40	1.231,10	3.332,80
9	167	920,20	1.206,20	845,45	2.971,85
Total	2.598	14.401,50	16.827,58	11.969,96	43.199,04

Fonte: Banco Municipal de Alimentos de Diadema (2008).

6.2 Caracterização socioeconômica das crianças

Nas Tabelas 3, 4, 5 são apresentadas as características relacionadas ao sexo, faixa etária e etnia das crianças estudadas.

Nota-se distribuição equitativa das crianças entre o sexo masculino (49,07%) e feminino (50,93%) em toda amostra, bem como em cada uma das entidades atendidas. Quanto à faixa etária, há predominância das faixas etárias de 3 a 4 anos e de 4 a 5 anos na creche 3 (57,82%); creche 4 (68,37%) e creche 9 (70,3%), nas demais a maior concentração é encontrada nas faixas etárias de 4 a 5 anos e de 5 a 6 anos, o que também pode ser verificado na amostra como um todo, que concentra cerca de 54,44% nessas idades. Em relação à etnia, as crianças brancas (47,32%) prevalecem em relação às pardas (35,58%) e às negras (8,33%), enquanto as amarelas (0,19%) e as indígenas (0,19%) apresentam-se em número bastante inferior às demais.

Quanto às condições de moradia expostas na Tabela 6, percebe-se que a maioria das famílias vive em imóvel alugado, o que pode ser verificado na amostra como um todo (32,6%) e, ao se analisar cada creche separadamente, com exceção das unidades 2, 4 e 9 onde a maioria das famílias mora em casa própria. Cabe ressaltar o alto percentual de pessoas em casas cedidas ou com permissão de uso da Prefeitura local (28,7%), destacando-se as creches 6 e 9, localizadas nas proximidades de núcleos habitacionais.

Tabela 3 – Distribuição das crianças segundo sexo em uma amostra de nove creches conveniadas ao BMAD. Diadema, 2008.

Sexo	1		2		3		4		5		6		7		8		9		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Feminino	23	44,23	31	50,82	108	51,18	359	50,42	262	51,57	54	54,00	62	53,00	62	49,20	84	50,91	1045,00	50,93
Masculino	29	55,77	30	49,18	103	48,82	353	49,58	246	48,43	46	46,00	55	47,00	64	50,80	81	49,09	1007,00	49,07
Total	52	100,00	61	100,00	211	100,00	712	100,00	508	100,00	100	100,00	117	100,00	126	100,00	165	100,00	2052,00	100,00

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

Tabela 4 – Distribuição das crianças segundo faixa etária em uma amostra de nove creches conveniadas ao BMAD. Diadema, 2008

Faixas de idade	1		2		3		4		5		6		7		8		9		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 - 2 anos	0	0	0	0	2	0,95	0	0	13	2,56	1	1,00	0	0	0	0	0	0,00	16	0,78
2 - 3 anos	0	0	1	1,64	15	7,11	0	0	18	3,54	12	12,00	0	0	0	0	9	5,45	55	2,68
3 - 4 anos	4	7,69	6	9,84	54	25,59	59	8,29	37	7,28	17	17,00	41	35,04	10	7,94	51	30,91	279	13,60
4 - 5 anos	23	44,23	14	22,95	68	32,23	167	23,46	118	23,23	25	25,00	39	33,33	36	28,57	65	39,39	555	27,05
5 - 6 anos	13	25,00	20	32,79	44	20,85	220	30,90	134	26,38	13	13,00	35	29,91	45	35,71	38	23,03	562	27,39
6 - 7 anos	5	9,62	17	27,87	24	11,37	182	25,56	125	24,61	18	18,00	1	0,85	22	17,46	2	1,21	396	19,30
Maior 7 anos	7	13,46	3	4,92	4	1,90	84	11,80	63	12,40	14	14,00	1	0,85	13	10,32	0	0,00	189	9,21
Total	52	100,00	61	100,00	211	100,00	712	100,00	508	100,00	100	100,00	117	100,00	126	100,00	165	100,00	2052	100,00

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

Tabela 5 – Distribuição das crianças segundo etnia em nove creches conveniadas ao BMAD. Diadema, 2008.

Etnia	1		2		3		4		5		6		7		8		9		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Amarela	0	0	0	0	0	0	3	0,42	0	0	0	0	0	0	1	0,79	0	0	4	0,19
Branca	32	61,54	27	44,30	58	27,49	294	41,29	306	60,24	33	33,00	61	52,14	54	42,86	106	64,24	971	47,32
Indígena	0	0	0	0	0	0	3	0,42	1	0,20	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0,19
Negra	3	5,77	10	16,40	28	13,27	40	5,62	43	8,465	21	21,00	5	4,27	10	7,94	11	6,67	171	8,33
Parda	16	30,77	23	37,75	63	29,86	270	37,92	158	31,10	42	42,00	51	43,59	59	46,83	48	29,09	730	35,58
Sem informação	1	1,92	1	1,00	62	29,38	102	14,33	0	0	4	4,00	0	0	2	1,59	0	0	172	8,38
Total	52	100,00	61	99,45	211	100,00	712	100,00	508	100,00	100	100,00	117	100,00	126	100,00	165	100,00	2052	100,00

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

Tabela 6 – Distribuição das crianças segundo condição do imóvel de residência das famílias, em nove creches conveniadas ao BMAD. Diadema, 2008.

Condição do imóvel	1		2		3		4		5		6		7		8		9		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Alugada	23	44,23	20	32,79	71	33,65	220	30,90	166	32,68	35	35,00	57	49	30	23,81	47	28,48	669	32,60
Cedida	5	9,62	6	9,84	51	24,17	154	21,63	140	27,56	13	13,00	35	29,91	13	10,32	46	27,88	463	22,56
Financiada	2	3,85	2	3,28	0	0	12	1,69	45	8,86	0	0	0	0	36	29	5	3,03	102	4,97
Invasão	0	0	0	0	0	0	23	3,23	0	0	0	0	0	0	25	19,84	3	1,82	51	2,49
Permissão uso PMD	1	1,92	0	0	15	7,11	33	4,63	34	6,69	27	27,00	0	0	11	8,73	5	3,03	126	6,14
Própria	21	40,38	32	52,46	64	30,33	255	35,81	122	24,02	23	23,00	24	20,51	11	8,73	59	35,76	611	29,78
Sem informação	0	0	1	1,64	10	4,74	15	2,11	1	0,20	2	2,00	1	0,85	0	0,00	0	0	30	1,46
Total	52	100,00	61	100,00	211	100,00	712	100,00	508	100,00	100	100,00	117	100,00	126	100,00	165	100,00	2052	100,00

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

Quanto às condições de saneamento das residências (Tabelas 7 e 8), pode-se verificar que 91% das residências possuem água de abastecimento público e o mesmo percentual em relação à presença de rede de esgoto. No entanto, na creche 8, parte das famílias residem em área de invasão e sem saneamento básico. Já na creche 7, tais informações não estavam disponíveis na documentação das crianças, gerando um percentual alto de ‘sem informação’.

Tabela 7 – Presença ou não de água de abastecimento público em residências de crianças freqüentadoras de nove creches conveniadas ao BMAD. Diadema, 2008.

Creche	Sim		Não		Sem Inf.		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1	52	2,78	0	0,00	0	0,00	52	2,53
2	55	2,94	0	0,00	6	3,90	61	2,97
3	198	10,59	5	17,86	8	5,19	211	10,28
4	696	37,22	3	10,71	13	8,44	712	34,70
5	508	27,17	0	0,00	0	0,00	508	24,76
6	99	5,29	0	0,00	1	0,65	100	4,87
7	0	0,00	0	0,00	117	75,97	117	5,70
8	107	5,72	19	67,86	0	0,00	126	6,14
9	155	8,29	1	3,57	9	5,84	165	8,04
TOTAL	1870	100,00	28	100,00	154	100,00	2052	100,00
Todas as creches (%)	91,13		1,36		7,50		100,00	

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

Tabela 8 – Presença ou não de esgoto em residências de crianças frequentadoras de nove creches conveniadas ao BMAD. Diadema, 2008.

Creche	Sim		Não		Sem Inf.		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1	51	2,73	1	3,13	0	0,00	52	2,53
2	55	2,94	0	0,00	6	3,95	61	2,97
3	199	10,65	4	12,50	8	5,26	211	10,28
4	696	37,26	4	12,50	12	7,89	712	34,70
5	507	27,14	1	3,13	0	0,00	508	24,76
6	99	5,30	0	0,00	1	0,66	100	4,87
7	0	0,00	0	0,00	117	76,97	117	5,70
8	108	5,78	18	56,25	0	0,00	126	6,14
9	153	8,19	4	12,50	8	5,26	165	8,04
TOTAL	1868	100,00	32	100,00	152	100,00	2052	100,00
Todas as creches (%)	91,03		1,56		7,41		100,00	

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

Na Tabela 9, é possível verificar que, em 62,13% dos casos o pai é o responsável pela criança e, em 35,09%, a mãe é a responsável legal. Contudo, o percentual de mães responsáveis é maior na creche 3, onde atinge 50,24% das crianças e na creche 6, a 46%.

Tabela 9 – Caracterização do responsável da criança segundo grau de parentesco de crianças freqüentadoras de nove creches conveniadas ao BMAD. Diadema, 2008.

Responsável	1		2		3		4		5		6		7		8		9		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Mãe	11	21,15	18	29,51	106	50,24	238	33,43	174	34,25	46	46,00	37	31,62	33	26,19	57	34,55	720	35,09
Pai	40	76,92	42	68,85	97	45,97	450	63,20	329	64,76	51	51,00	72	61,54	87	69,05	107	64,85	1275	62,13
Avós	0	0,00	1	1,64	4	1,90	8	1,12	5	0,98	2	2,00	0	0,00	4	3,17	1	0,61	25	1,22
Tios	0	0,00	0	0,00	1	0,47	1	0,14	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,79	0	0,00	3	0,15
Tutor	1	1,92	0	0,00	0	0,00	14	1,97	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,79	0	0,00	16	0,78
Outros	0	0,00	0	0,00	3	1,42	1	0,14	0	0,00	1	1,00	8	6,84	0	0,00	0	0,00	13	0,63
TOTAL	52	100,00	61	100,00	211	100,00	712	100,00	508	100,00	100	100,00	117	100,00	126	100,00	165	100,00	2052	100,00

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

Em relação à região de origem dos responsáveis (Tabelas 10 e 11) se sobressai a região sudeste, tanto no caso das mães (57,07%) como dos pais (46,54%), seguida da região nordeste com 37,13% e 33,28% respectivamente.

As mães, quando responsáveis legais pelas crianças (Tabela 12), possuíam em 32,64% escolaridade de ensino médio ou técnico completo. Os casos de nível universitário completo (0,97%) ou incompleto (1,11%) referiam-se a professoras ou coordenadoras das creches e com filhos na própria creche. Em relação ao grau de escolaridade dos responsáveis, verificou-se em uma parcela significativa dos prontuários, a informação de ensino médio, porém, durante a coleta de dados percebeu-se que a população e mesmo parte dos funcionários das creches tem a compreensão de que tal grau de escolaridade refere-se ao primeiro grau completo. No entanto, somente com as informações presentes nos prontuários das crianças não pudemos apurar tal fato, que provavelmente gerou viés para pesquisa, pois a frequência de mães com escolaridade de fundamental completo totalizou somente 11,81%.

Por outro lado, cerca de 33,06% das mães não apresentavam o ensino fundamental completo. Na creche 8, o percentual de mães com fundamental incompleto é ainda maior, atingindo um percentual de 57,58%.

A Tabela 13 mostra o grau de escolaridade dos pais quando são responsáveis legais das crianças, onde se verifica que cerca de 30,90% apresentavam grau de escolaridade de ensino médio ou técnico completo. O percentual de pais com ensino fundamental incompleto gira em torno de 30,90%.

A escolaridade dos demais responsáveis pelas crianças pode ser visualizada na Tabela 14, sendo que 19,30% apresentam ensino fundamental incompleto, 7,02% fundamental completo e 12,28% ensino médio incompleto. O percentual de ensino médio completo é de 12,28%.

Tabela 10 – Região de origem das mães ou responsáveis do sexo feminino de crianças freqüentadoras de nove creches conveniadas ao BMAD. Diadema, 2008.

Região	1		2		3		4		5		6		7		8		9		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Norte	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	0,56	5	0,98	1	1,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	10	0,49
Nordeste	21	40,38	29	47,54	61	28,91	258	36,24	193	37,99	25	25,00	28	23,93	87	69,05	60	36,36	762	37,13
Centro-Oeste	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,28	1	0,20	0	0,00	3	2,56	1	0,79	1	0,61	8	0,39
Sul	1	1,92	0	0,00	6	2,84	18	2,53	14	2,76	6	6,00	3	2,56	0	0,00	3	1,82	51	2,49
Sudeste	27	51,92	32	52,46	127	60,19	411	57,72	291	57,28	66	66,00	81	69,23	37	29,37	99	60,00	1171	57,07
Outros Países	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,20	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,05
Sem Inf.	3	5,77	0	0,00	17	8,06	19	2,67	3	0,59	2	2,00	2	1,71	1	0,79	2	1,21	49	2,39
TOTAL	52	100,00	61	100,00	211	100,00	712	100,00	508	100,00	100	100,00	117	100,00	126	100,00	165	100,00	2052	100,00

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

Tabela 11 – Região de origem dos pais ou responsáveis do sexo masculino de crianças freqüentadoras de nove creches conveniadas ao BMAD. Diadema, 2008.

Região	1		2		3		4		5		6		7		8		9		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Norte	1	1,92	0	0,00	0	0,00	5	0,70	3	0,59	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	1,82	12	0,58
Nordeste	21	40,38	31	50,82	55	26,07	215	30,20	170	33,46	22	22,00	23	19,66	81	64,29	65	39,39	683	33,28
Centro-Oeste	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,14	1	0,20	1	1,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,15
Sul	0	0,00	0	0,00	5	2,37	12	1,69	8	1,57	0	0,00	0	0,00	1	0,79	1	0,61	27	1,32
Sudeste	23	44,23	25	40,98	89	42,18	334	46,91	241	47,44	53	53,00	72	61,54	31	24,60	87	52,73	955	46,54
Outros Países	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,14	1	0,20	1	1,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,15
Sem Inf.	7	13,46	5	8,20	62	29,38	144	20,22	84	16,54	23	23,00	22	18,80	13	10,32	9	5,45	369	17,98
TOTAL	52	100,00	61	100,00	211	100,00	712	100,00	508	100,00	100	100,00	117	100,00	126	100,00	165	100,00	2052	100,00

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

Tabela 12 – Escolaridade da mãe quando responsável da criança em nove creches conveniadas ao BMAD. Diadema, 2008.

Escolaridade da Mãe	1		2		3		4		5		6		7		8		9		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Analfabeto	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	1,15	1	2,17	0	0,00	1	3,03	3	5,26	7	0,97
Fund. Completo	1	9,09	2	11,11	11	10,38	27	11,34	25	14,37	7	15,22	3	8,11	4	12,12	5	8,77	85	11,81
Fund. Incompleto	2	18,18	4	22,22	37	34,91	91	38,24	44	25,29	16	34,78	8	21,62	19	57,58	17	29,82	238	33,06
Médio Completo	2	18,18	10	55,56	23	21,70	76	31,93	67	38,51	16	34,78	10	27,03	8	24,24	16	28,07	228	31,67
Médio Incompleto	3	27,27	2	11,11	10	9,43	33	13,87	24	13,79	3	6,52	6	16,22	1	3,03	12	21,05	94	13,06
Técnico Completo	0	0,00	0	0,00	1	0,94	1	0,42	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	5,26	5	0,69
Superior Completo	0	0,00	0	0,00	1	0,94	1	0,42	4	2,30	1	2,17	0	0,00	0	0,00	0	0,00	7	0,97
Superior Incompleto	2	18,18	0	0,00	1	0,94	3	1,26	2	1,15	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	8	1,11
Sem Informação.	1	9,09	0	0,00	22	20,75	6	2,52	6	3,45	2	4,35	10	27,03	0	0,00	1	1,75	48	6,67
TOTAL	11	100,00	18	100,00	106	100,00	238	100,00	174	100,00	46	100,00	37	100,00	33	100,00	57	100,00	720	100,00

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

Tabela 13 – Escolaridade do pai quando responsável da criança em nove creches conveniadas ao BMAD. Diadema, 2008.

Escolaridade do Pai	1		2		3		4		5		6		7		8		9		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Analfabeto	0	0,00	0	0,00	1	1,03	3	0,67	5	1,52	0	0,00	0	0,00	5	5,75	2	1,87	16	1,25
Fundamental Completo	5	12,50	9	21,43	11	11,34	68	15,11	77	23,40	3	5,88	10	13,89	18	20,69	9	8,41	210	16,47
Fundamental Incompleto	7	17,50	11	26,19	37	38,14	153	34,00	81	24,62	11	21,57	18	25,00	49	56,32	27	25,23	394	30,90
Médio Completo	15	37,50	15	35,71	24	24,74	160	35,56	99	30,09	12	23,53	23	31,94	8	9,20	33	30,84	389	30,51
Médio Incompleto	9	22,50	5	11,90	6	6,19	35	7,78	24	7,29	5	9,80	10	13,89	5	5,75	15	14,02	114	8,94
Técnico Completo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,44	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	2,80	5	0,39
Técnico Incompleto	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,22	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,08
Superior Completo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	0,89	6	1,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00	8	7,48	18	1,41
Superior Incompleto	0	0,00	1	2,38	0	0,00	7	1,56	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,93	10	0,78
Sem Inf.	4	10,00	1	2,38	18	18,56	17	3,78	36	10,94	20	39,22	11	15,28	2	2,30	9	8,41	118	9,25
TOTAL	40	100,00	42	100,00	97	100,00	450	100,00	329	100,00	51	100,00	72	100,00	87	100,00	107	100,00	1275	100,00

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

Tabela 14 – Escolaridade dos demais responsáveis das crianças em nove creches conveniadas ao BMAD. Diadema, 2008.

Escolaridade dos demais responsáveis	1		2		3		4		5		6		7		8		9		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Fundamental Completo	0	0,00	0	0,00	1	12,50	1	4,17	0	0,00	0	0,00	1	12,50	1	16,67	0	0,00	4	7,02
Fundamental Incompleto	1	100,00	0	0,00	0	0,00	5	20,83	0	0,00	0	0,00	3	37,50	1	16,67	1	100,00	11	19,30
Médio Completo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	16,67	1	20,00	0	0,00	2	25,00	0	0,00	0	0,00	7	12,28
Médio Incompleto	0	0,00	0	0,00	1	12,50	2	8,33	2	40,00	0	0,00	0	0,00	2	33,33	0	0,00	7	12,28
Superior Completo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	4,17	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1,75
Sem Inf.	0	0,00	1	100,00	6	75,00	11	45,83	2	40,00	3	100,00	2	25,00	2	33,33	0	0,00	27	47,37
TOTAL	1	100,00	1	100,00	8	100,00	24	100,00	5	100,00	3	100,00	8	100,00	6	100,00	1	100,00	57	100,00

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

Quanto à ocupação dos responsáveis utilizou-se a Classificação Brasileira de Ocupações de 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2002), porém, parte das ocupações observadas nos documentos não foi encontrada no rol do Ministério. Neste caso, estas ocupações foram colocadas na tabela, mas classificadas à parte. Durante a coleta, registrou-se 1 caso em que a mãe estava sob regime de detenção penitenciária e 19 casos em que os pais encontravam-se na mesma condição.

Analisando-se a Tabela 15, pode-se observar que 63,04% das mães desempenham funções relacionadas ao grupo 5, que envolve os trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados incluindo as atividades como empregada doméstica. Observa-se, ainda, que 9,95% trabalham em atividades ligadas ao grupo 7, trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, e 7,9% ocupam funções referentes aos trabalhadores de serviços administrativos, como escriturários, atendimento ao público, operadores de caixa e atendentes.

Na Tabela 16, pode-se verificar que, em relação aos pais, a maior parte (27,43%) também ocupa funções classificadas no grupo 5, seguidas do grupo 7 (26,01%).

Em relação ao número de moradores dos domicílios, a maior frequência observada (31%) apresenta quatro moradores nos domicílios seguida de 27% com três componentes. Pode-se verificar que 18% das famílias apresenta cinco moradores e, somando-se as frequências das famílias com seis ou mais moradores se obtém mais 18%, ou seja, 36% das famílias das crianças pode ser considerada numerosa. Tais percentuais podem ser visualizados no Gráfico 5.

Quanto à distribuição do número de crianças por família, pode-se verificar pela análise do Gráfico 6 que, em 70% dos domicílios, o número de crianças varia de uma a duas.

Tabela 15 – Ocupação da mãe ou responsável do sexo feminino de crianças frequentadoras de nove creches conveniadas ao BMAD*. Diadema, 2008.

Ocupação	1		2		3		4		5		6		7		8		9		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Grupo 1	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,28	0	0,00	0	0,00	1	0,85	1	0,79	2	1,21	6	0,29
Grupo 2	0	0,00	0	0,00	0	0,00	11	1,54	6	1,18	1	1,00	2	1,71	1	0,79	0	0,00	21	1,02
Grupo 3	0	0,00	0	0,00	6	2,84	10	1,40	9	1,77	0	0,00	1	0,85	2	1,59	4	2,42	32	1,56
Grupo 4	3	5,88	9	14,75	5	2,37	59	8,29	46	9,06	6	6,00	18	15,38	1	0,79	15	9,09	162	7,90
Grupo 5	33	64,71	36	59,02	135	63,98	409	57,44	335	65,94	64	64,00	79	67,52	90	71,43	112	67,88	1293	63,04
Grupo 7	7	13,73	3	4,92	18	8,53	87	12,22	47	9,25	8	8,00	11	9,40	11	8,73	18	10,91	204	9,95
Grupo 8	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,14	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,05
Grupo 9	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,14	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,05
Aposentada	0	0,00	0	0,00	3	1,42	0	0,00	8	1,57	1	1,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	12	0,59
Autônoma	0	0,00	1	1,64	4	1,90	6	0,84	21	4,13	2	2,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,10
Desempregada	4	7,84	4	6,56	15	7,11	78	10,96	25	4,92	11	11,00	1	0,85	11	8,73	11	6,67	160	7,80
Dona de casa	1	1,96	4	6,56	6	2,84	22	3,09	2	0,39	3	3,00	0	0,00	7	5,56	2	1,21	47	2,29
Estagiária	1	1,96	1	1,64	1	0,47	5	0,70	1	0,20	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	9	0,44
Reciclagem	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	0,70	2	0,39	1	1,00	0	0,00	0	0,00	1	0,61	7	0,34
Sem Inf.	2	3,92	3	4,92	18	8,53	13	1,83	5	0,98	3	3,00	3	2,56	2	1,59	0	0,00	49	2,39
TOTAL	51	100,00	61	100,00	211	100,00	712	100,00	508	100,00	100	100,00	117	100,00	126	100,00	165	100,00	2051	100,00

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

* Classificação de ocupações segundo a classificação do Ministério do Trabalho e Emprego (2002).

Tabela 16 – Ocupação do pai ou responsável do sexo masculino de crianças frequentadoras de nove creches conveniadas ao BMAD*. Diadema, 2008.

Ocupação Pai	1		2		3		4		5		6		7		8		9		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Grupo 0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,59	0	0,00	1	0,86	0	0,00	1	0,61	5	0,25
Grupo 1	0	0,00	0	0,00	3	1,43	7	1,00	1	0,20	0	0,00	2	1,72	0	0,00	0	0,00	13	0,64
Grupo 2	0	0,00	1	1,64	1	0,48	6	0,86	5	0,99	0	0,00	2	1,72	0	0,00	1	0,61	16	0,79
Grupo 3	0	0,00	1	1,64	3	1,43	7	1,00	12	2,37	4	4,04	3	2,59	2	1,60	5	3,07	37	1,82
Grupo 4	4	7,69	1	1,64	2	0,95	32	4,56	26	5,13	2	2,02	3	2,59	4	3,20	6	3,68	80	3,93
Grupo 5	14	26,92	11	18,03	48	22,86	198	28,25	136	26,82	22	22,22	28	24,14	49	39,20	52	31,90	558	27,43
Grupo 6	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,20	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,05
Grupo 7	21	40,38	24	39,34	42	20,00	177	25,25	135	26,63	17	17,17	30	25,86	32	25,60	51	31,29	529	26,01
Grupo 8	2	3,85	0	0,00	2	0,95	6	0,86	7	1,38	0	0,00	3	2,59	1	0,80	4	2,45	25	1,23
Grupo 9	3	5,77	6	9,84	3	1,43	41	5,85	27	5,33	6	6,06	7	6,03	5	4,00	8	4,91	106	5,21
Aposentado	0	0,00	3	4,92	0	0,00	6	0,86	1	0,20	0	0,00	0	0,00	1	0,80	1	0,61	12	0,59
Autônomo	0	0,00	2	3,28	7	3,33	4	0,57	16	3,16	6	6,06	1	0,86	2	1,60	5	3,07	42	2,06
Desempregado	1	1,92	4	6,56	16	7,62	36	5,14	21	4,14	1	1,01	11	9,48	9	7,20	8	4,91	107	5,26
Estagiário	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,20	1	1,01	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,10
Licença INSS	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,29	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,10
Reciclador	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,43	4	0,79	1	1,01	0	0,00	0	0,00	0	0,00	8	0,39
Sem Inf.	7	13,46	6	9,84	82	39,05	171	24,39	103	20,32	39	39,39	25	21,55	19	15,20	21	12,88	473	23,25
TOTAL	52	100,00	61	100,00	210	100,00	701	100,00	507	100,00	99	100,00	116	100,00	125	100,00	163	100,00	2034	100,00

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

* Classificação de ocupações segundo a classificação do Ministério do Trabalho e Emprego (2002).

Gráfico 5 – Distribuição percentual do número de componentes familiares em nove creches conveniadas ao BMAD. Diadema, 2008.

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

Gráfico 6 – Distribuição percentual do número de crianças por família em nove creches conveniadas ao BMAD. Diadema, 2008.

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

Quanto à renda familiar (Tabela 17), a maior concentração pode ser encontrada na faixa de um a dois salários mínimos (25,58%), seguida de dois a três salários mínimos (24,71%) e da faixa de três a quatro salários mínimos (18,13%). Cerca de 76,37% das famílias têm renda de até quatro salários mínimos.

A Tabela 18 apresenta a renda per capita em salários mínimos e a maior concentração pode ser observada na faixa de 1/2 a um salário mínimo, seguida da de 1/4 a 1/2.

Tabela 17 – Renda familiar em salários mínimos de crianças freqüentadoras de 09 creches conveniadas ao BMAD.

Renda Familiar em salários mínimos	1		2		3		4		5		6		7		8		9		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Até 1/2	0	0,00	1	1,64	8	3,79	33	4,63	6	1,18	2	2,00	1	0,85	5	3,97	2	1,21	58	2,83
Mais de 1/2 a 1	0	0,00	3	4,92	13	6,16	20	2,81	23	4,53	14	14,00	12	10,26	7	5,56	13	7,88	105	5,12
Mais de 1 a 2	11	21,15	19	31,15	78	36,97	131	18,40	114	22,44	37	37,00	43	36,75	42	33,33	50	30,30	525	25,58
Mias de 2 a 3	21	40,38	9	14,75	56	26,54	154	21,63	147	28,94	22	22,00	20	17,09	40	31,75	38	23,03	507	24,71
Mais de 3 a 4	12	23,08	16	26,23	28	13,27	137	19,24	82	16,14	12	12,00	29	24,79	19	15,08	37	22,42	372	18,13
Mais de 4 a 5	4	7,69	4	6,56	14	6,64	111	15,59	60	11,81	8	8,00	4	3,42	11	8,73	16	9,70	232	11,31
Mais de 5 a 6	2	3,85	4	6,56	3	1,42	54	7,58	35	6,89	1	1,00	5	4,27	0	0,00	2	1,21	106	5,17
Mais de 6 a 7	1	1,92	3	4,92	1	0,47	30	4,21	19	3,74	2	2,00	0	0,00	1	0,79	1	0,61	58	2,83
Mais de 7 a 8	0	0,00	0	0,00	0	0,00	15	2,11	10	1,97	2	2,00	0	0,00	1	0,79	3	1,82	31	1,51
Mais de 8 a 9	1	1,92	1	1,64	0	0,00	7	0,98	3	0,59	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	1,21	14	0,68
Mais de 9 a 10	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	0,56	3	0,59	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	7	0,34
Mais de 10 a 11	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,28	4	0,79	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,61	7	0,34
Mais de 11 a 12	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,20	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,05
Mais de 12 a 13	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,20	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,05
Acima de 15	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,14	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,05
Sem Informação	0	0,00	1	1,64	10	4,74	13	1,83	0	0,00	0	0,00	3	2,56	0	0,00	0	0,00	27	1,32
TOTAL	52	100,00	61	100,00	211	100,00	712	100,00	508	100,00	100	100,00	117	100,00	126	100,00	165	100,00	2052	100,00

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

Tabela 18 – Renda per capita familiar em salários mínimos de crianças freqüentadoras de 09 creches conveniadas ao BMAD.

Renda per capita em salários mínimos	1		2		3		4		5		6		7		8		9		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Até 1/4	0	0,00	4	6,56	19	9,00	65	9,13	25	4,92	21	21,00	12	10,26	14	11,11	11	6,67	171	8,33
Mais de 1/4 a 1/2	9	17,31	16	26,23	77	36,49	133	18,68	109	21,46	36	36,00	42	35,90	39	30,95	54	32,73	515	25,10
Mais de 1/2 a 1	28	53,85	19	31,15	75	35,55	293	41,15	238	46,85	34	34,00	43	36,75	62	49,21	72	43,64	864	42,11
Mais de 1 a 1,5	11	21,15	18	29,51	18	8,53	142	19,94	92	18,11	7	7,00	16	13,68	8	6,35	24	14,55	336	16,37
Mais de 1,5 a 2	3	5,77	2	3,28	11	5,21	45	6,32	29	5,71	0	0,00	0	0,00	2	1,59	2	1,21	94	4,58
Mais de 2 a 3	0	0,00	1	1,64	0	0,00	20	2,81	11	2,17	1	1,00	0	0,00	1	0,79	2	1,21	36	1,75
Mias de 3 a 4	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,14	3	0,59	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	0,19
Mais de 4 a 5	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,14	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,05
Sem Informação	1	1,92	1	1,64	11	5,21	12	1,69	1	0,20	1	1,00	4	3,42	0	0,00	0	0,00	31	1,51
TOTAL	52	100,00	61	100,00	211	100,00	712	100,00	508	100,00	100	100,00	117	100,00	126	100,00	165	100,00	2052	100,00

Fonte: Documentação das crianças disponíveis nas secretarias das creches, Diadema 2007/2008.

6.3 Caracterização socioeconômica da amostra da POF 2002-2003

A amostra da POF para a região metropolitana de São Paulo apresentou, ao todo, 808 famílias, sendo que 404 apresentavam em sua composição crianças.

Dentre os 404 domicílios com crianças, 242 apresentaram consumo de FLV, representando 59,90% da amostra. O número de componentes médio por domicílio foi de 4,38 pessoas, com renda média em salários mínimos de 6,68 e renda per capita de 1,61 salários mínimos (Quadro 1).

A distribuição dos domicílios com chefes do sexo masculino nas 404 famílias foi de 74,75% e 25,25% do sexo feminino.

Em relação ao grau de escolaridade do chefe do domicílio, a distribuição foi de 8,16% sem escolaridade (analfabetos); 52,48% com ensino fundamental incompleto e 3,96% com fundamental completo; 18,56% com ensino médio incompleto e 1,98 % com ensino médio completo; 1,49% com ensino superior incompleto e 13,37% com superior completo.

No Quadro 1, ao ter como foco a distribuição das famílias por faixas de renda, nota-se que 32,67% tem renda até seis salários mínimos; 28,47% apresenta renda superior a seis salários mínimos e até onze salários mínimos; e 38,86% apresenta renda superior a onze salários mínimos.

Quadro 1 – Caracterização geral das famílias com crianças por faixa de renda familiar em amostra da POF 2002-2003. Região metropolitana de São Paulo, 2002-2003.

Faixas de renda (s. m.)	Até 1/2	> de 1/2 a 1	>1 a 2	> 2 a 3	> 3 a 4	> 4 a 5	> 5 a 6	> 6 a 7	> 7 a 8	> 8 a 9	> 9 a 10	> 10 a 11	> 11	Total	%
N. de famílias	1	1	8	21	39	31	31	30	24	21	17	23	157	404	
%	0,25	0,25	1,98	5,20	9,65	7,67	7,67	7,43	5,94	5,20	4,21	5,69	38,86	100,00	
N. médio de pessoas	8,00	2,00	3,88	4,62	3,87	4,48	4,39	4,47	3,96	3,95	4,71	4,30	4,36	4,38	
Renda média (s. m)	0,45	0,99	1,49	2,61	3,41	4,57	5,50	6,43	7,56	8,53	9,44	10,51	25,44	6,69	
Renda média per capita (s. m.)	0,06	0,49	0,44	0,63	0,96	1,09	1,38	1,60	2,10	2,34	2,20	2,60	6,40	1,71	
Sexo do chefe															
N. masculino	1	-	4	12	31	24	23	21	16	13	9	21	127	302,00	74,75
%	0,33	-	1,32	3,97	10,26	7,95	7,62	6,95	5,30	4,30	2,98	6,95	42,05	100,00	
N. feminino	-	1	4	9	8	7	8	9	8	8	8	2	30	102,00	
%	-	0,98	3,92	8,82	7,84	6,86	7,84	8,82	7,84	7,84	7,84	1,96	29,41	100,00	25,25
Escolaridade do chefe															
N. Analfabeto	1	-	3	1	5	4	2	3	2	2	1	1	8	33,00	8,16
% <i>Analfabeto</i>	3,03	-	9,09	3,03	15,15	12,12	6,06	9,09	6,06	6,06	3,03	3,03	24,24	100,00	
N. Fund. incompleto	-	1	5	17	24	21	21	18	19	13	11	14	48	212,00	52,48
% <i>Fund. incompleto</i>	-	0,47	2,36	8,02	11,32	9,91	9,91	8,49	8,96	6,13	5,19	6,60	22,64	100,00	
N. Fund. completo	-	-	-	-	2	4	1	1	-	2	1	1	4	16,00	3,96
% <i>Fund. completo</i>	-	-	-	-	12,50	25,00	6,25	6,25	-	12,50	6,25	6,25	25,00	100,00	
N. Médio incompleto	-	-	-	3	8	1	6	6	2	3	4	1	41	75,00	18,56
% <i>Médio incompleto</i>	-	-	-	4,00	10,67	1,33	8,00	8,00	2,67	4,00	5,33	1,33	54,67	100,00	
N. Médio completo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8,00	1,98
% <i>Médio completo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00	100,00	
N. Superior incompleto	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	3	6,00	1,49
% <i>Superior incompleto</i>	-	-	-	-	-	-	16,67	-	-	-	-	33,33	50,00	100,00	
N. Superior completo	-	-	-	-	-	1	-	2	1	1	-	4	45	54,00	13,37
% <i>Superior completo</i>	-	-	-	-	-	1,85	-	3,70	1,85	1,85	-	7,41	83,33	100,00	100,00

Fonte: Elaboração da autora com base em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2002-2003.

6.4 Cálculo da quantidade de FLV da amostra POF e comparação com as quantidades distribuídas pelo Banco de Alimentos às creches

A quantidade de alimentos adquiridos pelas famílias com crianças da POF pode ser observada na Tabela 19. A tabela relaciona as faixas de renda familiar em salários mínimos com o número total de componentes das famílias com crianças (404 famílias), das que consomem FLV (242 famílias), a quantidade adquirida de produtos semanalmente e a quantidade per capita diária. Vale dizer que o cálculo da quantidade per capita tomou por base apenas as famílias que adquiriram os produtos. Ao se analisar tal tabela verifica-se que a quantidade per capita mais elevada para o total de FLV (310,38g) está na faixa de renda de 9 a 10 salários mínimos, seguido da faixa de renda entre 6 a 7, com 238,51g. A maior quantidade per capita para frutas (183,39g) está concentrado na faixa de renda de 9 a 10 salários mínimos e a menor (36,54g) na faixa de renda até ½ salário mínimo. Quanto aos legumes, a maior quantidade per capita (183,39g) também ocorre nas faixas de renda de 9 a 10 salários mínimos e, para verduras, o consumo maior (36g) ocorre na faixa de renda 12 a 13 salários mínimos.

A Tabela 20 faz a relação entre a escolaridade do chefe da família e a quantidade per capita diária de FLV, observando-se que as maiores quantidades per capita nas faixas de escolaridade com ensino fundamental completo (263,56g), ensino médio completo (245,26g) e ensino superior (242,52g).

A relação entre o gênero do chefe da família e o consumo de FLV pode ser observada na Tabela 21. A aquisição de FLV nos domicílios chefiados por homens é maior (191 g) do que nos domicílios chefiados por mulheres (143,41g).

Tabela 19 – Distribuição de amostra de famílias da POF 2002-2003 (da Região Metropolitana de São Paulo), por faixa de renda familiar e consumo em gramas, semanal e diário, de frutas, legumes e verduras.

Faixas de renda salários mínimos	*N. pessoas das famílias	**N. pessoas consumidoras FLV	N. pessoas consumidoras de FLV / N. pessoas não consumidoras	QTD F (g)	QTD L (g)	QTD V (g)	QTD FLV (g)	Per capita F (g)	Per capita L (g)	Per capita V (g)	Per capita FLV (g)
Até 1/2	8	8	1	2.046	1.500	-	3.546	36,54	26,8	-	63,32
De 1/2 a 1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 1 a 2	31	10	0,32	4.939	3.000	889	8.828	70,56	42,9	12,7	126,11
De 2 a 3	97	45	0,46	15.249	14.613	160	30.022	48,41	46,4	0,5	95,31
De 3 a 4	151	77	0,51	41.325	36.815	4.225	82.365	76,67	68,3	7,8	152,81
De 4 a 5	139	78	0,56	34.571	11.352	772	46.695	63,32	20,8	1,4	85,52
De 5 a 6	136	62	0,46	48.059	14.699	1.465	64.223	110,74	33,9	3,4	147,98
De 6 a 7	134	46	0,34	49.618	22.687	4.496	76.801	154,09	70,5	14,0	238,51
De 7 a 8	95	61	0,64	39.897	13.156	531	53.584	93,44	30,8	1,2	125,49
De 8 a 9	83	52	0,63	31.264	14.561	3.195	49.020	85,89	40,0	8,8	134,67
De 9 a 10	80	50	0,63	64.186	35.398	9.050	108.634	183,39	101,1	25,9	310,38
De 10 a 11	99	73	0,74	33.016	38.978	16.073	88.067	64,61	76,3	31,5	172,34
De 11 a 12	70	52	0,74	45.214	19.556	754	65.524	124,21	53,7	2,1	180,01
De 12 a 13	59	30	0,51	24.022	14.143	7.570	45.735	114,39	67,3	36,0	217,79
De 13 a 14	64	41	0,64	26.321	17.855	3.860	48.036	91,71	62,2	13,4	167,37
De 14 a 15	41	28	0,68	15.499	12.521	1.878	29.898	79,08	63,9	9,6	152,54
Acima de 15	451	322	0,71	321.118	147.429	77.861	546.408	142,47	65,4	34,5	242,42
Total	1.740	1.035	0,59	796.344	418.263	132.779	1.347.386	-	-	-	-
Média	-	-	-	-	-	-	-	109,92	57,73	18,33	185,97

Fonte: Elaboração da autora com base em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2002-2003. *N. de pessoas das 404 famílias **N. de pessoas das 242 famílias consumidoras de FLV.

Tabela 20 – Distribuição de amostra de famílias da POF 2002-2003 (da Região Metropolitana de São Paulo), por escolaridade e consumo, em gramas, semanal e diário de frutas, legumes e verduras.

Escolaridade do chefe da família	*N. pessoas das famílias	**N. pessoas das famílias consumidoras FLV	N. pessoas que consomem /N. pessoas que não consomem	QTD F (g)	QTD L (g)	QTD V (g)	QTD FLV (g)	Per capita F (g)	Per capita L (g)	Per capita V (g)	Per capita FLV (g)
Analfabeto	153	96	0,63	81.880	59.317	3.971	145.168	121,85	88,27	5,91	216,02
Ensino Fundamental Incompleto	941	562	0,59	343.287	191.229	93.615	628.131	-	48,61	-	-
Ensino Fundamental Completo	69	20	0,29	19.618	16.358	922	36.898	140,13	116,84	6,59	263,56
Ensino Médio Incompleto	303	178	0,59	167.724	68.548	15.561	251.833	134,61	55,01	12,49	202,11
Ensino Médio Completo	39	26	0,67	36.270	7.417	951	44.638	199,29	40,75	5,23	245,26
Ensino Superior Incompleto	26	23	0,88	9.314	10.569	142	20.025	57,85	65,65	0,88	124,38
Ensino Superior Completo	209	130	0,62	138.251	64.825	17.617	220.693	151,92	71,24	19,36	242,52
Total	1.740	1035	0,59	796.344	418.263	132.779	1.347.386	-	-	-	-
Média	-	-	-	-	-	-	-	109,92	57,73	18,33	185,97

Fonte: Elaboração da autora com base em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2002-2003 e do Banco Municipal de Alimentos de Diadema.

*N. de pessoas das 404 famílias

**N. de pessoas das 242 famílias consumidoras de FLV

Tabela 21 – Distribuição de amostra de famílias da POF 2002-2003 (da Região Metropolitana de São Paulo), por gênero do chefe e consumo, em gramas, semanal e diário de frutas, legumes e verduras.

Gênero do chefe da família	*N. de pessoas das famílias	**N. pessoas das famílias consumidoras FLV	N. pessoas que consomem /N. pessoas que não consomem	QTD F (g)	QTD L (g)	QTD V (g)	QTD FLV (g)	Per capita F (g)	Per capita L (g)	Per capita V (g)	Per capita FLV (g)
Masculino	1.306	793	0,61	634.386	318.386	107.487	1.060.259	114,28	57,36	19,36	191,00
Feminino	434	242	0,56	161.958	99.877	25.292	287.127	95,61	32,88	14,93	143,41
Total	1.740	1035	0,59	796.344	418.263	132.779	1.347.386	-	-	-	-
Média	-	-	-	-	-	-	-	109,92	57,73	18,33	185,97

Fonte: Elaboração da autora com base em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2002-2003 e do BMAD.

*N. de pessoas das 404 famílias

**N. de pessoas das 242 famílias consumidoras de FLV

O Gráfico 7 mostra a comparação entre a quantidade per capita diária da POF em termos de FLV e a quantidade disponibilizada pelo Banco de Alimentos às creches. Pode-se verificar que, em relação às frutas, as quantidades oferecidas pelo BA correspondem a 23,12% em relação ao total consumido nas residências da POF. Quanto aos legumes, tal percentual fica mais elevado passando para 51,46% e, para as verduras, a quantidade per capita do programa supera o das famílias em 2,18%. No cômputo total de FLV a contribuição do banco fica em 41% em relação ao total apurado junto às famílias.

Visando tornar a amostra mais homogênea e com as mesmas características sócio-econômicas levantadas nas famílias das creches, realizou-se uma nova seleção da POF. Esta seleção teve por base as famílias com crianças e as faixas de renda familiar até 6 salários mínimos, que correspondem a 92,85% das famílias. Desta maneira, foram selecionadas 132 famílias, e destas, 68 mostraram consumo de FLV, realizando-se novamente as análises da quantidade per capita somente para tais famílias, sendo tomada por base a quantidade estimada para 7 dias no consumo dos produtos.

A Tabela 22 apresenta a distribuição da sub-amostra por faixa de renda familiar, em salários mínimos, com o número total de pessoas que compõe as 132 famílias, ou seja, 564 pessoas, o número de componentes das famílias consumidoras, correspondente a 280 pessoas consumidoras de FLV, a quantidade semanal de alimentos em gramas e ainda a quantidade per capita diária em gramas. Ao analisar a tabela, identifica-se um maior consumo diário de frutas nas faixas de renda 5 a 6 salários mínimos (110,74g) e menor nas faixas de renda com ingressos até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (36,54g). Quanto a quantidade de FLV as maiores quantidades per capitas são observados nas faixas de salariais de 3 a 4 salários mínimos (152,81 g) e de 5 a 6 salários mínimos (147,98 g).

Gráfico 7 – Comparação entre a quantidade per capita diária, em gramas, de frutas, legumes, verduras e FLV oferecida pelo Banco de Alimentos às creches e a quantidade per capita obtida em amostra de 242 famílias da POF 2002-2003. Diadema, 2008.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2002-2003 e do BMAD.

Tabela 22 – Distribuição de sub-amostra de famílias da POF 2002-2003, por faixa de renda familiar e consumo, em gramas, semanal e diário de frutas, legumes e verduras. Região Metropolitana de São Paulo, 2008.

Faixas de renda em salários mínimos	*N. de pessoas das famílias	**N. de pessoas consumidoras de FLV	Nº de pessoas consumidoras FLV / Nº de pessoas não consumidoras FLV	QTD F (g)	QTD L (g)	QTD V (g)	QTD FLV (g)	Per capita F (g)	Per capita L (g)	Per capita V (g)	Per capita FLV (g)
Até 1/2	8	8	-	2.046	1.500	-	3.546	36,54	26,79	-	63,32
De 1/2 a 1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 1 a 2	31	10	0,32	4.939	3.000	889	8.828	70,56	42,86	12,70	126,11
De 2 a 3	97	45	0,46	15.249	14.613	160	30.022	48,41	46,39	0,51	95,31
De 3 a 4	151	77	0,51	41.325	36.815	4.225	82.365	76,67	68,30	7,84	152,81
De 4 a 5	139	78	0,56	34.571	11.352	772	46.695	63,32	20,79	1,41	85,52
De 5 a 6	136	62	0,46	48.059	14.699	1.465	64.223	110,74	33,87	3,38	147,98
Total	564	280	0,50	146.189	81.979	7.511	235.679	-	-	-	-
Média	-	-	-	-	-	-	-	74,59	41,83	3,83	120,24

Fonte: Elaboração da autora com base em dados da Pesquisa de Orçamentos familiares POF 2002-2003.

*Corresponde ao número de pessoas em 132 famílias selecionadas.

**Corresponde ao número de pessoas em 68 famílias selecionadas e consumidoras de FLV

A Tabela 23 mostra a distribuição da quantidade per capita de acordo com a escolaridade. Nesta tabela, é possível notar que as quantidades per capita maiores em relação ao total de FLV estão concentradas nas faixas com escolaridade de ensino superior.

A Tabela 24 relaciona o consumo de FLV ao gênero do chefe da família, mostrando que quando o chefe é do sexo masculino a quantidade per capita consumida é maior para frutas, legumes e verduras e para o total de FLV.

O Gráfico 8 apresenta a comparação entre a quantidade per capita oferecida pelo banco de alimentos às creches e a quantidade apurada na sub-amostra da POF, em famílias com renda familiar de até 6 salários mínimos. Neste caso, a contribuição do banco de alimentos é expressiva, principalmente para legumes e verduras.

Tabela 23 – Distribuição da sub-amostra de famílias da POF 2002-2003, por escolaridade e consumo, em gramas, semanal e diário de frutas, legumes e verduras. Região Metropolitana de São Paulo, 2008.

Escolaridade	*N. de pessoas das famílias	**N. de pessoas das famílias consumidoras de FLV	Nº de pessoas consumidoras FLV / Nº de pessoas não consumidoras FLV	QTD F (g)	QTD L (g)	QTD V (g)	QTD FLV (g)	Per capita F (g)	Per capita L (g)	Per capita V (g)	Per capita FLV (g)
Analfabeto	73	54	0,73	21.413	20.454	861	42.728	56,65	54,11	2,28	113,04
Ensino Fundamental Incompleto	389	179	0,46	86.169	39.963	5.926	132.058	68,77	14,68	-	83,45
Ensino Fundamental Completo	28	3	0,10	1.053	9.708	-	10.761	50,14	49,53	-	99,67
Ensino Médio Incompleto	66	36	0,54	30.860	9.960	724	41.544	122,46	21,56	2,87	146,89
Ensino Médio Completo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Superior Incompleto	4	4	-	2.000	819	-	2.819	71,43	29,25	-	100,68
Ensino Superior Completo	4	4	-	4.694	1.075	-	5.769	167,64	38,39	-	206,04
Total	564	280	0,50	146.189	81.979	7.511	235.679	-	-	-	-
Média	-	-	-	-	-	-	-	74,59	41,83	3,83	120,24

Fonte: Elaboração da autora com base em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2002-2003 e do BMAD.

*Corresponde ao número de componentes das 132 famílias selecionadas por faixa de renda.

**Corresponde aos componentes de 68 famílias consumidoras de FLV dentro da faixa de renda selecionada.

Tabela 24 – Distribuição de sub-amostra de famílias da POF 2002-2003 por gênero do chefe de família e consumo, em gramas, anual e diário de frutas, legumes e verduras. Região Metropolitana de São Paulo, 2008.

Gênero do chefe da família	*N. de pessoas das famílias	**N. de pessoas das famílias consumidoras de FLV	Nº de pessoas consumidoras FLV / Nº de pessoas não consumidoras FLV	QTD F (g)	QTD L (g)	QTD V (g)	QTD FLV (g)	Per capita F (g)	Per capita L (g)	Per capita V (g)	Per capita FLV (g)
Masculino	419	209	0,50	118.510	63.106	7.229	188.845	81,00	43,13	4,94	129,08
Feminino	145	71	0,49	27.679	18.873	282	46.834	55,69	18,59	0,57	74,85
Total	564	280	0,50	146.189	81.979	7.511	235.679	-	-	-	-
Média	-	-	-	-	-	-	-	74,59	41,83	3,83	120,24

Fonte: Elaboração da autora com base em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2002-2003 e do BMAD.

*Corresponde ao número de componentes das 132 famílias selecionadas por faixa de renda.

**Corresponde aos componentes de 68 famílias consumidoras de FLV dentro da faixa de renda selecionada.

Gráfico 8 – Comparação entre a quantidade per capita diária, em gramas, de frutas, legumes, verduras e FLV oferecida pelo Banco de Alimentos às creches e a quantidade per capita da sub-amostra das famílias (n=68) da POF 2002-2003. Diadema, 2008.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2002-2003 e do BMAD.

7 DISCUSSÃO

As creches caracterizadas no presente estudo, além de receberem o atendimento do Banco Municipal de Alimentos, mantêm convênio com a prefeitura local para repasse financeiro, visando o atendimento de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.

Segundo entrevista realizada com a responsável pelo Programa de Creches Conveniadas da Secretaria de Educação do Município de Diadema, os critérios previstos para admissão das crianças são: a) residentes em Diadema; b) as condições em que a criança vive, priorizando-se as que se encontram em situação de risco; c) mãe trabalhadora; d) renda familiar (per capita); além de outros critérios que também deverão ser considerados, tais como: mãe arrimo de família, número de filhos, situação de moradia etc.

Considera-se em situação de risco a criança que se encontra em alguma das seguintes circunstâncias: sozinha em casa; em situação de rua; sofre violência doméstica (violências físicas, sexuais, psicológicas e negligência); envolvimento com exploração do trabalho infantil; sob a responsabilidade de pessoa que esteja impossibilitada de propiciar os cuidados adequados ao seu desenvolvimento saudável. Esses critérios são verificados na visita domiciliar que precede a matrícula e são conhecidos da comunidade escolar. As visitas são realizadas pela equipe da creche, que é formada pela coordenação, assistentes sociais e estagiários de serviço social. Há, ainda, solicitações de vagas originárias do Conselho Tutelar e Ministério Público, cujas matrículas devem, obrigatoriamente, ser efetivadas, embora, em alguns casos, a condição social destas crianças não requeira ação prioritária, pois se encontram sob cuidados dos pais ou adultos responsáveis. Tais dados são constatados em visitas domiciliares realizadas, mesmo após a matrícula, visando o atendimento de procedimentos de admissão das crianças e um maior conhecimento da família.

A caracterização sócio-econômica realizada no presente estudo revela parte das condições de vida e o estado de vulnerabilidade social das crianças. A amostra apresentou-se homogênea, não ocorrendo diferenças significativas entre os principais indicadores levantados.

Cabe destacar as informações referentes à renda per capita, que em 75,54% das famílias é de até um salário mínimo, sendo que destas, 33,11% vivem com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita. A renda familiar é outro aspecto a ser mencionado, pois 58,24% das famílias apresenta renda familiar de até três salários mínimos, e destas, 33,53% vivem com renda de até dois salários mínimos. Segundo informações do Censo de 2000 aproximadamente 23,6% das crianças em Diadema pertenciam a famílias com renda inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, podendo-se concluir que parte dessa população infantil está sendo atendida em tais creches (SÃO PAULO, 2008).

O percentual de 35,09% de mães responsáveis pelas crianças e, conseqüentemente, pelos domicílios, é outro indicador que desperta a atenção. Dados do Censo de 2000 colocam que, em Diadema, 5% de mães são chefes de família, sem cônjuge e com filhos menores (SÃO PAULO, 2008). Tal fato reafirma a necessidade de políticas específicas em creches públicas ou conveniadas, voltadas à priorização do atendimento de crianças com famílias em tal situação. Outro aspecto a ser mencionado é o fato de 33,06% das mães possuírem nível de escolaridade correspondente a fundamental incompleto. De acordo com Monteiro e Conde (2000), a escolaridade materna e a renda familiar podem ser consideradas como determinantes distais do crescimento infantil.

Quanto à questão do saneamento, percebe-se que a maior parte das famílias vive em local com água de abastecimento público (91,13%) e rede de esgoto (91,03%), acompanhando os dados do Censo de 2000, que revelam que o serviço de abastecimento de água tem um nível de atendimento de 99,08% nos domicílios e o esgoto sanitário de 92,22 %

das residências da cidade. A situação verificada na creche 8, mostra a realidade de parte das famílias, aproximadamente 15,08% em relação ao total da unidade, que residem em Núcleo Habitacional sem saneamento básico. Cabe salientar que saneamento do meio, condições de moradia, assim como disponibilidade de alimentos, cuidados alimentares e de saúde são determinantes intermediários do crescimento (MONTEIRO e CONDE, 2000).

Silva e Sturion, 1998 demonstraram a influência benéfica da frequência à creche, principalmente em famílias de menor renda domiciliar per capita.

A formação de hábitos saudáveis de alimentação constitui outro aspecto positivo para as crianças frequentadoras das creches. Sobretudo, ao se considerar o cenário atual de áreas menos favorecidas em termos sociais e econômicos, que parte da população apresenta déficit nutricional e a outra excesso de peso (DOMENE, 2003).

Musgrove (1990) recomenda que programas de distribuição de alimentos devam ser associados a intervenções na área de educação e de saúde, reforçando ainda mais a necessidade de se focar como prioritário, nos Bancos de Alimentos, o atendimento às creches, já que o programa também pode atender a outras populações específicas.

Em relação aos dados apurados da POF 2002-2003, pode-se destacar que a quantidade per capita foi calculada tendo como base somente as famílias que adquiriram os produtos. Merece ressalva que boa parte dessas pessoas faz alimentação fora de casa, podendo haver neste caso sub-notificação.

Outro aspecto relevante é o da relação entre o gênero do responsável pela família e a quantidade adquirida de FLV. Famílias chefiadas por homens apresentam um maior padrão de aquisição desses produtos, em relação as que estão sob responsabilidade das mulheres. A explicação para tal fato pode estar relacionada à sobrecarga de trabalho a que a mulher é submetida, levando à busca de alternativas de alimentação de preparo mais fácil e de menor custo.

Em relação à escolaridade, o consumo maior entre pessoas de nível universitário é relevante, sobretudo na seleção da amostra por faixas de renda de 0 a 6 salários mínimos.

Marcondes *et al.* (2005) apuraram que no período de 1974 a 2003 a participação de frutas, legumes e verduras na alimentação manteve-se entre 3% a 4%, das calorias totais da ingestão para este grupo de alimentos, apresentando um padrão bem inferior ao preconizado pela OMS para a população adulta, de 6% a 7% das calorias totais ou consumo mínimo diário de 400g.

No presente estudo, o per capita diário de FLV apurado nas famílias da POF 2002-2003 com crianças corresponde a 185,97g, ficando em torno de 50% do recomendado pela OMS e para as faixas de renda inferior a seis salários mínimos, a quantidade calculada atende somente a 30% das recomendações. Enquanto que o per capita de FLV fornecido pelo Banco de Alimentos às creches, atinge em média 76,26g, correspondendo a 19% da recomendação da OMS.

A presente dissertação é uma contribuição para aprimorar o entendimento do papel dos Bancos de Alimentos, como política de segurança alimentar e nutricional, tendo em vista, que a maior parte dos alimentos distribuídos são frutas, legumes e verduras.

8 CONCLUSÃO

A comparação realizada neste trabalho entre a quantidade disponibilizada de frutas, legumes e verduras do Banco de Alimentos de Diadema para as creches, com a quantidade adquirida pelas famílias com crianças da POF 2002-2003 na região metropolitana de São Paulo, constitui-se em um parâmetro para dimensionar a contribuição do programa.

Ao apurar que os alimentos fornecidos pelo Banco podem significar até 63,42% do total de FLV adquiridos nas casas das famílias com renda até seis salários mínimos e 41% do total de FLV para todas as faixas de renda, pode-se concluir que o foco do programa deva ser direcionado às famílias com menor poder aquisitivo.

Através do levantamento socioeconômico, observou-se que as crianças das creches atendidas pelo Banco de Alimentos de Diadema pertencem a famílias em situação de alta vulnerabilidade social.

O Banco de Alimentos vem complementado a alimentação oferecida em tais instituições sendo representativo o fornecimento principalmente de legumes e verduras.

As recomendações da OMS para o aumento do consumo de frutas, verduras e legumes devem-se, principalmente, à possibilidade desses alimentos poderem substituir outros de alto valor energético e baixo valor nutritivo, como grãos processados e açúcar refinado (BRASIL, 2004b). Tais alimentos podem, ainda, oferecer nutrientes com efeitos significativos na saúde geral dos indivíduos e atuar na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como obesidade, diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares e certos tipos de câncer.

Nesse sentido, o Programa Banco de Alimentos de Diadema constitui-se em uma importante ferramenta de Segurança Alimentar e Nutricional, pois, através da distribuição destes alimentos, promove a adoção de hábitos alimentares saudáveis.

Cabe destacar que o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional voltadas às crianças, professores, cozinheiras e às famílias é um aspecto fundamental dentro do Programa Banco de Alimentos; uma vez que permite uma adequada utilização dos alimentos distribuídos, além de possibilitar que as pessoas possam realizar escolhas mais saudáveis e que garantam boa qualidade de vida.

Recomenda-se o prosseguimento de pesquisas que visem o monitoramento do programa, sobretudo junto às instituições atendidas e ainda que possam aprimorar as informações relativas ao consumo dos alimentos.

REFERÊNCIAS

ACÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS - **ABRANDH**. Curso. **Promovendo a legitimidade pelo direito humano à alimentação adequada**. Módulo 1, Brasília, nov./dez. 2006. Disponível em: <http://www.abrandh.org.br/index.php?arquivo=curso>. Acesso em: 23 dez. 2007.

AMIGO, H. Obesidad en el niño em América Latina: situacion, critérios de diagnostico y desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v.19, supl.1, p.81-91, 2003.

ANDERSEN, P.; CHEN, F. Os que ainda têm fome. **Scientific American Brasil**, n.65, p.66-73, 2007.

ANJOS, L. A.; MENDONÇA, C. P. Aspectos das práticas alimentares e da atividade física como determinantes do crescimento do sobrepeso/obesidade no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.20, n.3, p.698-709, 2004.

BATISTA FILHO, M.; RISSIM, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000700019&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 jun. 2008.

BELIK, W. (Org.). **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina**. São Paulo: Hucitec, 2004. 375p.

BELL, M.; WILBUR, L.; SMITH, C. Nutritional status of persons using a local emergency food system program in middle America. **Journal of the American Dietetic Association**, v.98, n.9, p.1031-1034, 1998.

BETTO, Frei. A fome como questão política. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.48, p.53-61, 2003.

BRASIL. Senado Federal. Legislação. Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1992. Disponível em: http://www.esmese.com.br/grade_horaria_cpc/material_de_apoio/trabalho/dallari/07_pacto_internacional_sobre_direitos_economicos_sociais_e_culturais%20_1966.pdf. Acesso em: 03 mai. 2008.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/default.asp>. Acesso em 17 mai. 2008.

_____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**: textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/Consea/static/documentos/Outros/LivroConsea_DocumentoReferencia.pdf. Acesso em: 09 jan. 2008.

_____. Ministério da Saúde. **Análise da Estratégia global para Alimentação saudável, atividade física e saúde**. Brasília: Grupo técnico assessor instituído pela portaria do MS nº 596 de 8/4/2004, 2004b. Disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/documentos/doc_eg_final_submetido.pdf. Acessado em: 03 jul. 2008.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Revista Fome Zero – balanço dos programas e ações**. Brasília, 2005. 58p.

_____. Tribunal de Contas da União. **Relatório de avaliação de programa**: programa Banco de Alimentos. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2005. 122p.

_____. Senado Federal. Legislação. SICON. Portal: Legislação. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006a. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=254735>. Acesso em: 10 mai. 2008.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório final do termo de referência para avaliação do Programa Banco de Alimentos**. Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Rede de Desenvolvimento Ensino e Sociedade, 2006b. 161p.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Síntese de avaliação de programas sociais. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília, n.5, p.105-108, 2007a.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Apresentação do Programa Banco de Alimentos**. Brasília, 2007b. 35p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/banco-de-alimentos/manual-de-implantacao-bancos-de-alimentos>. Acesso em: 20 nov. 2007.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Banco de Alimentos**. Brasília, 2007c. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/banco-de-alimentos>. Acesso em: 20 out. 2007.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sesan>. Acesso em: 23 dez. 2007.

CANADIAN ASSOCIATION OF FOOD BANKS – CAFB. Toronto, Ontario. Disponível em: <http://www.cafb-acba.ca/>. Acesso em: 15 out. 2007.

CANO, I. **Introdução à avaliação de programas sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 119p.

CARMO, H. C. E. **Metodologia do IPC-FIPE 2001**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas, 2000.

CARVALHO, G.; ROSEMBURG, C. P.; BURALLI, K. O. Avaliação de ações e serviços de saúde. **Mundo da Saúde**, v.24, n.1, p.72-88, 2000.

COMPANHIA DE ABASTECIMENTO INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ – CRAISA. **Banco de Alimentos. Histórico**. Disponível em: <http://www.bancodealimentossantoandre.com.br>. Acesso em: 20 de nov. 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2, 2004, Brasília. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**: textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Positiva, CONSEA, 2004. 80p.

CRUZ G. F.; SANTOS R. S.; CARVALHO C. M. R.G.; MOITA, G. M. Avaliação dietética em creches municipais de Terezina, Piauí, Brasil. **Revista de Nutrição**, v.14, n.1, p.21-32, 2001.

CUSTÓDIO, M. B. **A caracterização da demanda do banco de alimentos municipal de São Paulo: a exclusão social e a procura por alimentos doados institucionalmente**. São Paulo, 2004. 112p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Nutrição Humana Aplicada – PRONUT – Faculdade de Saúde Pública – Faculdade de Ciências Farmacêuticas – Faculdade de Economia e Administração - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DIADEMA (Município). Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Departamento de Cultura. **Diadema: caminhos e lugares**. Diadema: Centro de Memória, 1999. 96p.

_____. Câmara Municipal de Diadema. **Decreto Municipal nº 5.765 de 24 de outubro de 2003. Dispõe sobre a criação do Banco Municipal de Alimentos de Diadema e dá outras providências**. **Diário Regional**, Diadema 26 set. 2003a. Caderno C, 17p.

_____. Câmara Municipal de Diadema. Legislação. Lei Ordinária nº 2.230/03, de 28 de abril de 2003. Institui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Diadema – CONSEAD e dá outras providências. **Diário Regional**, Diadema, 2003b. Disponível em: http://www.cmdiadema.sp.gov.br/leis_integra.php?chave=223003. Acesso em: 15 jan. 2008.

_____. **Revista de prestação de contas**. Secretaria de Comunicação. 2006.32p.

DOMENE, S. M. A. Indicadores nutricionais e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v.17, n.48, p.131-135, 2003.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M.C. R. N.; CARVALHO, M. C. B., (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001. cap.1, p.15-41.

ENCONTRO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS, 1, Brasília, 2003. **Ata**. Brasília: Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome / SESC, 2003.3p.

FERREIRA, ABH. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977/1985.

FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA. **La infancia y los objetivos de desarrollo del Milenio**: avances hacia “um mundo apropiado para los niños y las niñas”. New York: EEUU, 2007. 100p. Disponível em: http://www.unicef.org/spanish/publications/files/La_infancia_y_los_objetivos_de_desarrollo_del_milenio.pdf. Acesso em: 13 abr. 2008.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Situação Mundial da Infância 2008. **Caderno Brasil**. Brasil (DF), 2008. 64p. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/cadernobrasil2008.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Índices de Preços. **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003**: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004a. 80p.

_____. Coordenação de Índices de Preços. **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003**: primeiros resultados: Brasil e grandes regiões. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004b. 276p.

_____. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços. **Pesquisa de orçamentos familiares 1995-1996 e 2002-2003: uma abordagem comparativa**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/divulga/eventos/residuos_apresentacoes.htm. Acessado em: 08 abr. 2008.

_____. **Cidades@**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 15 abr. 2008.

IRWIN, J. D.; NG, V. K.; RUSH, T. J.; NGUYEN, C.; HE, M. Can food banks sustain nutrient requirements?: a case study in Southwestern Ontario. **Canadian Journal of Public Health**, v.98, n.1, p.17-20, 2007.

MALAQUIAS, B. F. Da fome à segurança alimentar: retrospecto e visão prospectiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v.19, n.4, p.872-873, 2003.

MONDINI, L.; MONTEIRO, C. A. Mudanças no padrão de alimentação da população urbana brasileira (1962-1988). **Revista de Saúde Pública**, v.28, n.6, p.433-9, 1994.

MONTEIRO, C. A.; CARMO H.C. E.; MACHADO F. M. S.; CLARO R. M. Renda, preço dos alimentos e participação de frutas e hortaliças na dieta. **Revista de Saúde Pública**, v.41, n.4, p.557-564, 2007.

MONTEIRO, C. A.; CONDE, W. L. Tendência secular da desnutrição e da obesidade na infância na cidade de São Paulo (1975-1996). **Revista de Saúde Pública**, v.34, p.52-61, 2000.

MONTEIRO, C. A.; LEVY-COSTA R.B.; SICHIERI R.; PONTES N.S. Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003). **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n.4, p. 530-540, 2005.

MONTEIRO, C. A.; MONDINI, L.; COSTA, R. B. Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta familiar nas áreas metropolitanas do Brasil (1988-1996). **Revista de Saúde Pública**, v.34, n.3, p.251-258, 2000.

MUSGROVE, P. Do nutrition programas make a difference? The case of Brazil. **Int. J. Health Serv.**, v.20, n.4, p.691-715, 1990.

NUTRILIBRA – equilíbrio nutricional. **Nutrição e saúde**. Disponível em: <http://www.skopein.com.br/nutrilibra/index.php>. Acesso em: 27 jun. 2006.

PACE, E. **Consumo alimentar de frutas, legumes e verduras**: realidade paulistana segundo dados da POF-FIPE 1998/1999. São Paulo, 2004. 101p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Nutrição Humana Aplicada – PRONUT – Faculdade de Saúde Pública – Faculdade de Ciências Farmacêuticas – Faculdade de Economia e Administração - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Desenvolvimento Humano. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas>. Acesso em: 20 maio 2007.

SABADIN, L. M. S. **A doação institucional de alimentos na Grande São Paulo**: incentivos e entraves. São Paulo, 2005. 80p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Nutrição Humana Aplicada – PRONUT – Faculdade de Saúde Pública – Faculdade de Ciências Farmacêuticas – Faculdade de Economia e Administração - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SANTO ANDRÉ (Município). **Banco Municipal de Alimentos**. Histórico. Disponível em: <http://www.bancodealimentosantoandre.com.br>. Acesso em 20 de nov. 2007.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Informações Socioeconômicas**: Informações Municipais. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS. Análise. Municípios. Diadema. 3p. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/diadema.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2008.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO DE SÃO PAULO. **Mesa São Paulo**: ação contra a fome e o desperdício, pela qualidade de vida. São Paulo: SESC, 1999.

SILVA, M. V. **Estado nutricional de escolares matriculados em Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs**. São Paulo, 1996. Tese de doutorado –Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SILVA, M. V.; STURION, G. L. Frequência à creche e outros condicionantes do estado nutricional infantil. **Revista de Nutrição**, n.11, p.58-68, 1998.

SILVA, P. L. B.; COSTA, N. R. **A avaliação de programas públicos**: reflexões sobre a experiência brasileira, relatório técnico. Brasília: BID/IPEA, 2002. 60p. [Relatório Técnico sobre Fortalecimento da Função Avaliação nos Países da América do Sul].

STARKEY, L. J.; DONALD, K. G.; KUHNLEIN, H. V. Nutrient intake of food bank users is related to frequency of food bank use, household size, smoking, education and country of birth. **Journal of Nutrition**, v.129, p.883-889, 1999.

STARKEY, L. J.; KUHNLEIN, H.V.; GRAY-DONALD, K. Food bank users: sociodemographic and nutritional characteristics. **Canadian Medical Association Journal**, v.158, n.9, p.1143-1149, 1998.

TADDEI, J. A.; CANNON, M.J.; WARNER, L.; SOUZA, P.; VITALLE, S.; PALMA, D.; NOBREGA, F. Nutritional gains of underprivileged children attending a day care center in S. Paulo city Brazil: a nine month follow-up study. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.3, n.1-3, p.29-37, 2000.

TANAKA, O. Y.; MELO, C. **Avaliação de programas de saúde do adolescente**: um modo de fazer. São Paulo: EDUSP, 2004. 83p.

TARASUK, V.; EAKIN, J. M. Charitable food assistance as symbolic gesture: an ethnographic study of food banks in Ontário. **Social Science & Medicine**, v.56, p.1505-1515, 2003.

VALARELLI, L. L. **Indicadores de resultados de projetos sociais**. In: RITS: Rede de Informação para o Terceiro Setor. Apoio à Gestão. jul. 1999. Disponível em: http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmtes_jul99.cfm. Acesso em: 15 mai. 2007.

VALENTE, F. L. S. **Direito humano à alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002. 272p.

WILLOWS, N. D.; AU, V. Nutritional quality and price of university food bank hampers. **Canadian Journal of Dietetic Practice and Research**, v.67, n.2, p.104-107, 2006.

ZOLLNER, C. C.; FISBERG, R. M. Estado nutricional e sua relação com fatores biológicos, sociais e demográficos de crianças assistidas em creches da Prefeitura do Município de São Paulo. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v.6, n.3, p.319-328, 2006.

ANEXOS

Anexo 1

DATA:			CRECHE:																						
Nível da	sala:	Sala de	aula:	Professora:																					
Código da crç	Idade em anos e meses	Etnia	Habitação			Condições de vida - saneamento					Resp. legal da crç	Com q. vive a crç	Renda				Número de Comp.família			Mãe			Pai		
			Tipo de casa	Tipo mat.	Quintal Quintal	Água rede pública	Rede de Esgoto	Asf.	Ilumina// pública	Energia elétrica			Familiar R\$	Outras Fontes Especif Valor -R\$	T R\$	P.c. R\$	Crçs	Ad.	T	Nat.UF	Ocup.	Escol.	Nat.UF	Ocup.	Escol.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO:

1. Etnia B- branca N- negra P -parda	8. Com quem vive a crç discriminar pais, avós, tios
2 Tp de casa P - Própria C - Cedida PMD - Permissão uso PMD A - alugada F- financiada	9. Renda da família em R\$
3. Tp de material A-alvenaria M - madeira	10. Especificar outras fontes não formais: faxina, com.ambulante
4. Quintal S - sim N - não	11. Discriminar valor da renda não formal
5. Se houver mais casas no mmo quintal colocar o n. caso contrário "0"	12. Renda total: + renda familiar + outras
6. Água da rede pública, esgoto, ilum e energia	13. Renda per capita : renda familiar pelo n. componentes da família
7. Responsável legal Discriminar se pai ou mãe, avô avó, tio, tia	14. N° de compónentes da família especificar n° de crçs ; n° de adultos e o total de ve ser a + dos dois
	15. Pai e mãe especificar natural ou UF - Estado de nascimento Ocupação ou profissão Escolaridade: Analfabeto Ensino Fundamental incompleto Ensino Fundamental completo Ensino Médio incompleto Ensino Médio completo Ensino Técnico completo Ensino Superior incompleto Ensino Superior completo

Anexo 2 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO****Faculdade de Ciências Farmacêuticas****Comitê de Ética em Pesquisa - CEP**Ofício CEP nº 117/2007

São Paulo, 25 de setembro de 2007.

Ilmo(a). Sr(a).
Claudia dos Reis Lisboa Novaes
Orientador: Prof. Dr. Heron Esvaldo do Carmo
PRONUT

Prezado(a) Senhor(a),

O Comitê de Ética em Pesquisa da FCF/USP, em reunião realizada em 24 de setembro de 2007, **APROVOU** o projeto "Segurança Alimentar e Nutricional: um Estudo da Contribuição do Banco Municipal de Alimentos de Diadema" (Protocolo CEP nº 450) apresentado por Vossa Senhoria, devendo apenas, reescrever o primeiro parágrafo do item III do TCLE em uma linguagem mais simples.

Lembramos que após a execução de 50% do cronograma do projeto, deverá ser apresentado um relatório parcial, de acordo com o Artigo 18 – item C, da Portaria FCF-111/97.

Atenciosamente,

Prof. Dra. Elvira Maria Guerra Shinohara
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa
FCF/USP

Anexo 3

Universidade de São Paulo
Faculdade de Ciências Farmacêuticas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA OU LEGAL RESPONSÁVEL

1. Responsável Legal do Aluno.....
 Natureza (grau de parentesco, tutor, curador, etc.):.....
 Documento de Identidade Nº:.....Sexo: ()M ()F
 Data de Nascimento:...../...../.....
 Endereço:.....Nº:Apto:.....
 Bairro:.....Cidade:.....CEP:.....Tel:.....

II – DADOS SOBRE A PESQUISA

1. Título do Protocolo de Pesquisa: **”Segurança Alimentar e Nutricional um Estudo da Contribuição do Banco Municipal de Alimentos de Diadema”**
2. Pesquisador: Claudia dos Reis Lisboa Novaes
3. Cargo/Função: Nutricionista Inscrição Conselho Regional Nº: CRN 3 - 1990

Departamento da FCF/USP: Faculdade de Ciências Farmacêuticas

4. AVALIAÇÃO DO RISCO DA PESQUISA

Risco Mínimo (x) Risco Médio () Risco Baixo () Risco Maior ()

5. Duração da Pesquisa: 12 meses

III – REGISTRO DAS EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO RESPONSÁVEL PELA CRIANÇA OU SEU REPRESENTANTE LEGAL SOBRE A PESQUISA, CONSIGNANDO:

A pesquisa tem por objetivo avaliar o Programa Banco Municipal de Alimentos de Diadema como política pública. Banco de Alimentos é uma iniciativa de abastecimento alimentar cujo trabalho consiste na arrecadação de alimentos, provenientes de doações, por meio da articulação do maior número possível parceiros do setor alimentício (indústrias, supermercados, varejões, feiras, centrais de abastecimentos e outros). Nos Bancos de Alimentos, os gêneros alimentícios são recepcionados, selecionados, embalados e distribuídos gratuitamente às entidades sociais, como creches asilos, abrigos, entre outras, complementando as refeições diárias servidas.

Para o desenvolvimento do trabalho necessitamos da colaboração de vocês, pais e mães, responsáveis pelas crianças, no sentido de permitir que possamos utilizar as informações disponíveis nas fichas de matrículas das crianças e referentes à:

- condições de moradia (casa própria, financiada, cedida ou alugada e se de alvenaria, madeira ou outro material)
- condições de saneamento dos locais de moradia (existência de esgoto e água encanada)
- renda mensal da família
- número de componentes da família (crianças e adultos)
- local de nascimento, grau de escolaridade e ocupação do pai e da mãe ou do responsável pela criança
- idade da criança
- etnia da criança (qual a cor da pele da criança, ou seja, se negra, parda, branca ou amarela)
- quem é o responsável legal da criança

As informações serão coletadas junto à secretaria da creche, consultando-se a ficha individual das crianças e serão anotadas em planilha, da qual constará apenas um código da criança, sendo que os mesmos serão trabalhados sob absoluto sigilo ético e sempre de maneira agregada, ou seja, nunca individualizada e sim no conjunto da creche.

O Banco de alimentos é uma iniciativa nova no Brasil e carece de trabalhos que verifiquem a validade do mesmo como política pública na área de abastecimento alimentar. Acreditamos que com tal estudo, vamos contribuir para tal processo, e ainda somar informações as ações de planejamento, essenciais para direcionar de maneira mais adequada os gastos da administração pública.

IV – ESCLARECIMENTOS DADOS PELO PESQUISADOR SOBRE GARANTIAS DO SUJEITO DA PESQUISA.

Esclarecemos que a qualquer tempo poderá ser solicitado informações sobre os procedimentos da pesquisa, bem como, sobre os dados relativos aos riscos e benefícios, principalmente para sanar qualquer dúvida. Abaixo seguem os nomes para em casos de dúvidas e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa você entrar em contato.

Gostaríamos de deixar claro que a sua participação é voluntária e que poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, ou ainda descontinuar sua participação se assim o preferir, não havendo neste caso nenhum tipo de prejuízo ao atendimento da criança na creche. .

O nome da criança, bem como, dos seus pais não será utilizado em nenhuma fase da pesquisa garantindo o anonimato, a privacidade, a confidencialidade e o sigilo ético.

V – INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE INTERCORRÊNCIAS CLÍNICAS E REAÇÕES ADVERSAS.

CLAUDIA DOS REIS LISBOA NOVAES
Nutricionista do Banco Municipal de Alimentos de Diadema
Rua Amélia Eugênia, 897 – Diadema – Centro –
CEP 9911-260
Tel 4057-8008
e-mai: claudia.reis@usp.br

Prof. Dr. Heron Esvael do Carmo
Faculdade de economia, Administração e Contabilidade
Universidade de São Paulo
Av. Prof. Luciano Gualberto, 908
CEP – 05508-900
Fone 3091-600
e-mail hcecarmo@usp.br

VI – CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Protocolo de Pesquisa.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Assinatura do sujeito de pesquisa
ou responsável legal

Assinatura do pesquisador
Claudia dos Reis Lisboa Novaes

Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

Av. Prof. Lineu Prestes, 580 Bloco 13 A – superior

Assistência Técnica Acadêmica
05508-900 - São Paulo - SP
Fone/Fax: (11) 3091-3677
e-mail : cepcf@usp.br